

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES -
FAFICLA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM COMUNICAÇÃO E
SEMIÓTICA

Marcella de Oliveira

O papel do corpo na comunicação da redução de danos

MESTRADO

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES -
FAFICLA
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM COMUNICAÇÃO E
SEMIÓTICA

Marcella de Oliveira

O papel do corpo na comunicação da redução de danos

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência para obtenção do título de mestra em Comunicação e Semiótica, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Helena Tania Katz.

MESTRADO

2022

Banca examinadora

*Às pessoas que sofrem transtorno
por uso de substâncias psicoativas
e a suas famílias.*

Agradecimentos

À minha querida orientadora e professora, Prof^ª. Dr^ª. Helena Katz, que me apresentou possibilidades de enxergar e explorar o mundo, como não poderia ver sem conhecer tudo o que me ensina e que transformou(a) a (minha) vida(s). Muito obrigada por tanto cuidado, apoio, atenção, afeto, pela orientação, pela torcida, pelas leituras e pelas aulas tão imprescindíveis. Também agradeço por sua aula que pude assistir em 2014, mesmo sem nos conhecer, e que me convenceu a estudar artes do corpo.

Ao Prof. Dr. Marcelo Sodelli e à Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Amato, pela composição da banca de qualificação, pelas leituras cuidadosas e por conduzirem percursos possíveis com tanto acolhimento.

À Prof^ª. Dr^ª. Dulce Aquino e ao Prof. Dr. Rogério da Costa pela composição primorosa da banca de defesa da dissertação.

Aos meus pais, Sirlene e Marcelo, pela vida e por tanto. Tanto amor, escuta, leituras, atenção, cuidado, incentivo, torcida e apoio, inclusive financeiro, no primeiro semestre deste curso.

Ao meu amor, Henrique, por amor, apoio, conversas e acolhimento.

Ao meu irmão, Igor, à minha tia, Rita, às minhas primas, Letícia, Camilla e Renata, ao meu primo, João Pedro, às minhas amigas, Késsia e Solange, e à minha madrinha, Mioko, por conversas, escuta, apoio e afeto.

A todos os colegas, cada pessoa, do CED e do Estudando Juntos, por tantas reflexões criadas e discutidas, por tanto conhecimento e à Helena, pela orientação dos estudos todos.

Ao corpo docente do COS, professores tão especiais e comprometidos com a qualidade de suas pesquisas, orientações e aulas. Agradeço às aulas tão fundamentais, das quais participei no curso, do(a) professor(a) Dr. Amálio Pinheiro, Dr^ª Cecília Salles, Dr^ª Christine Greiner, Dr^ª Helena Katz e Dr^ª Lucrécia Ferrara.

A todos os colegas do COS. À Livia, parceira em escritas e partilhas, Renata, Fernanda, Thiago, Arthur e Amana, pelas conversas e pelos estudos, e às companheiras na representação discente (RD), Ana Catarina, Isabel, Mariana, à coordenadora, Prof^ª Dr^ª Lúcia Leão, por tanto diálogo nas ações da RD e aos colegas do projeto do podcast Semiotizando, que incluirá a pauta de corpo e saúde mental.

A todos os colegas do GT de redução de danos da UFSCar, pelas parcerias e pelo espaço para a proposição do curso de extensão Corpo sensível.

A todos os colegas, cada um, da ABRAMD Educação, pelas oportunidades, reflexões, discussões e aprendizados em processo.

A todos os colegas, cada um, do CAPS AD e do Coletivo Tá tendo, de redução de danos, pelo acolhimento, apoio e oportunidade.

A todas as pessoas que já participaram e que participam das oficinas.

Aos profissionais com quem já trabalhei e trabalho, considerando as unidades dos serviços. À Yone, à Julia, ao Jorge, ao Myro, ao Francisco, à Tuca, da ABRAMD, ao Alessandro, ao Fábio, ao Tiago, do CAPS AD, à Amanda e ao Daniel, do GT, pela parceria nas ações, à Franciele, do CAPS, pelo acolhimento, ao Cesar, ao João e à Débora, dos Centros Dia, pelo apoio, à Prof^a Dr^a Rosa H., à Jenifer, à Paula e à Marisa, do Centro de Acolhida, pelo convite e pela confiança, aos profissionais do É de Lei, Michel, pelas conversas e pelo apoio sempre, à Maria Angélica, pela escuta e pela leitura, à Ana Luiza, pelas conversas, à Taís, do GT, ao Felipe, do CAPS AD, pela escuta sobre a proposta, atenção e por viabilizar a realização das oficinas, ao Juninho, da Casa de Cultura, à Francine e à Marinês, do CAPS, pelo acolhimento da proposta e disponibilidade para diálogos e adaptações, à Dora e ao Leonardo, do Centro Dora M. Bentes, pela confiança, pelo apoio e orientação.

À psicóloga Patrícia, por tanta escuta afetiva.

À CAPES pelo financiamento, possibilitando meus estudos no COS e a realização deste trabalho.

Resumo

Esta dissertação traz como tema uma discussão sobre o potencial comunicacional do corpo em programas de redução de danos a pessoas que usam substâncias psicoativas. Seu objeto é o corpo sensibilizado com danças de abordagem somática, entendido como uma das estratégias possíveis para reduzir danos relacionados ao uso de drogas. O estudo exploratório é esmiuçado na metodologia de danças com abordagem somática, desenvolvido nos relatos de intervenções com oficinas artístico-pedagógicas em serviços públicos de saúde, assistência social e educação, com distintas faixas etárias, contextos socioeconômicos, finalidades do uso e dos psicoativos usados dentre as populações que compõe o quórum das atividades realizadas. A hipótese é a de que o programa de redução de danos pode ser trabalhado como um processo criativo, que busca enraizar as suas possibilidades de permanência considerando a adaptabilidade das estratégias que elege. As principais referências teóricas são Katz e Greiner (2005; 2015), sustentando o sinônimo de corpo como corpomídia (Katz, 2005; 2006; 2011; 2021); Neves (2010) e Sigman (2017), para tratar os processos corporais e a metodologia de danças com abordagem somática; e Salles (1998; 2008), para embasar a discussão sobre processo de criação. Para fundamentar o campo epistemológico do uso de drogas, colaboram Carneiro (2019), Sodelli (2016) e Silveira Campos (2019), enquanto Lemke (2019) sustenta a ótica biopolítica, e Schwarcz (2019), os enlaces condutores das desigualdades no Brasil. Em meados da escrita, mapeando o respaldo político nacional sobre drogas, indicando momentos históricos importantes para a perpetração proibicionista e absenteísta, está relatada a linha do tempo da construção do contexto jurídico sobre drogas, que delimita quem está incluído e como, nas ações programáticas promovidas. A dissertação também destaca o aspecto comunicacional da série **Estado Alterado** (2020), da Folha de São Paulo, que trata das políticas sobre drogas.

Palavras-chave: danças com abordagem somática; corpomídia; redução de danos como processo de criação; drogas; Estado Alterado.

Abstract

This dissertation presents as a theme a discussion about the communication potential of the body in harm reduction programs to people who use psychoactive substances. Its object is the body sensitized with dances of somatic approach, understood as one of the possible strategies to reduce damage related to drug use. The exploratory study is detailed in the methodology of dances with somatic approach, developed in the reports of interventions with artistic-pedagogical workshops in public health services, social assistance and education, with different age groups, socioeconomic contexts, purposes of use and psychoactive scans used among the populations that make up the quorum of the activities performed. The hypothesis is that the harm reduction program can be worked as a creative process, which seeks to root its possibilities of permanence considering the adaptability of the strategies it elects. The main theoretical references are Katz and Greiner (2005; 2015), supporting the synonym of body as corpomedia (Katz, 2005; 2006; 2011; 2021); Neves (2010) and Sigman (2017), to treat body processes and dance methodology with somatic approach; and Salles (1998; 2008), to support the discussion about the creation process. To support the epistemological field of drug use, Carneiro

(2019), Sodelli (2016) and Silveira Campos (2019) collaborate, while Lemke (2019) supports the biopolitical perspective, and Schwarcz (2019), the links to the drivers of inequalities in Brazil. In mid-writing, mapping the national political support on drugs, indicating important historical moments for prohibitionist and absenteeist perpetration, the timeline of the construction of the legal context on drugs is reported, which delimits who is included and how, in the programmatic actions promoted. The dissertation also highlights the communicational aspect of the Series Altered State (2020), of Folha de São Paulo, which deals with drug policies.

Keywords: dances with somatic approach; bodymedia; harm reduction as a process of creation; drugs; Altered State.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Parte 1. Tratar a redução de danos como um processo criativo.....	16
1.1 Criação em redução de danos.....	16
1.2 O papel do corpo.....	23
1.3 A abordagem somática.....	29
Parte 2. Contextualizando a discussão sobre uso de drogas no campo jurídico no Brasil em perspectiva comparada com outros países.....	36
2.1 O aspecto comunicacional.....	44
Parte 3. Intervenções.....	50
3.1 Compêndios.....	50
2.2 Relato de experiência.....	68
Reflexões que escorrem.....	84
Referências.....	86

Introdução

Esta dissertação apresenta uma *metodologia de danças com abordagem somática*¹, nascida da hipótese de que o corpo, quando trabalhado com pressupostos somáticos, tem habilidade de colaborar para *reduzir danos* em pessoas que fazem uso de drogas², independente da intensidade, da frequência e da via de uso, conforme nomeações adotadas por Sodelli (2016), professor e psicólogo. Segundo Sodelli, “[...] podemos perceber que o padrão e o modo de uso de drogas não são determinados apenas pela constituição genética, psicológica ou do ambiente, mas sim, da inter-relação destes fatores” (2016, p. 26).

Neste sentido, estão reunidos todos os que fazem uso de drogas, sejam elas regulamentadas ou não, legalizadas ou ilegais, e com objetivos múltiplos no seu uso, seja terapêutico, de dependência, ou lúdico. Apesar de serem diversos os públicos *usuários*, em cada possibilidade de contexto, a dissertação elegeu focar nas experimentações com população em situação de rua. Para tal, propôs oficinas em organizações públicas de saúde, assistência social e educação, todas tendo como objeto o processo artístico-pedagógico de danças com abordagem somática e suas implicações no corpo. Nelas, foram testadas as potencialidades do corpo para colaborar em programas de redução de danos³.

Partindo do entendimento de que corpo troca informação com o ambiente (Katz e Greiner, 2005; 2015), e de que seria necessário desenvolver estratégias que convocassem a qualidade intencional da atenção e o aguçamento sensorial das nuances dos estados corporais nos sujeitos participantes, as oficinas se estruturaram em torno desses eixos.

É preciso explicar que, nas propostas de corpo com abordagem somática, não existem padrões de corpo a serem atingidos. Ao contrário, são valorizadas as explorações, as singularidades e os processos de cada pessoa. A metodologia tem como propósito desenvolver a *autonomia*, tal como os princípios da redução de danos, e parte do respeito

¹ Abordagem somática, neste contexto, se refere à consideração das possibilidades de cada pessoa para a realização de propostas, com recursos para atualizar a qualidade intencional da atenção, valorizando as singularidades e as percepções corporais e compreendendo o estado corporal presente.

² A palavra drogas será utilizada como sinônimo de substâncias psicoativas, psicoativos, substâncias ativas. Todas as variações terminológicas serão propostas com o significado de substâncias alteradoras do modo de funcionamento do Sistema Nervoso Central.

³ Chamam-se de “programas de redução de danos” aos programas que se pautam na perspectiva de lidar com o uso de drogas, empaticamente, considerando a complexidade da temática. Os programas se caracterizam por ações autônomas, por coletivos ou individuais, ou vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, incluídos nas práticas metodológicas de atenção e cuidado psicossocial.

às características de cada corpo, que é sempre entendido como um processo evolutivo, como a vida em curso, e que se adapta aos acasos e às imprevisibilidades, abrindo caminhos para que escolhas possam ser feitas, promovendo a construção da autonomia. O repertório de possibilidades das escolhas *vai se compondo* no processo, desenhando-se de acordo com a “coleção de informações” (KATZ, 2005; 2011) que cada um de nós é, segundo a Teoria Corpomídia (KATZ e GREINER).

O corpo está exposto a todo tipo de estímulos, em um fluxo permanente que mistura o que vem de fora (fatos do mundo, outros projetos...) com o que é corpo (a coleção de informações que o constitui a cada momento). Esse fluxo de estímulos produz as mais diversas contaminações, dentre as quais apenas uma nos encaminha em direção ao produto que finalizará o projeto. (KATZ, 2011, p. 75).

A troca de **informações** *vai compondo* corpo e ambiente, assim como *vai criando* os processos criativos-pedagógicos em danças com abordagem somática, possibilitando a transformação da situação do *usuário* de drogas porque esse tipo de prática, de fato, *faz diferença*, como se verá adiante.

[...] a sugestão é a de pensar a informação como o que promove uma alteração, ou, como ensinou Bateson (1972, p. 459), “uma diferença que faz diferença”, independente da existência de um observador, desatada da exigência de um significado – e, se tem algo difícil, para humanos, é não pensar logo no significado. (KATZ, 2021, p. 23).

A hipótese do corpo poder atuar como uma das estratégias possíveis em programas de redução de danos foi testada nos modos de aprender a valorizar as percepções e os estados corporais, até mesmo quando se está sob efeito de alguma substância psicoativa – sendo este um campo ainda não explorado profundamente nestes programas. Levar em conta as condições e características da pessoa que usa drogas também ocupa um lugar micropolítico pela defesa da garantia dos direitos de pessoas marginalizadas, principalmente se *desfavorecidas* socioeconomicamente.

[...] a compreensão de que o fluxo corpo-ambiente representava uma conexão política tornou-se mais explícita [...] o corpo (corpomídia) é distendido nos artefatos que cognitivamente materializa como corpo, mas também nos dispositivos de poder (práticas discursivas e não discursivas, crenças, hábitos, padrões de movimento, espacialidades e assim por diante) – evidenciando que a contaminação que rege o

enredamento corpo-ambiente se propaga em todas as direções. (GREINER e KATZ, 2015, p. 11).

As motivações para o uso de drogas são diversas, assunto investigado pelo professor e psiquiatra Antonio Nery Fiho (2012), que informa que o uso acontece em processos diversos da vida, e são intergeracionais. As ações das substâncias psicoativas são possíveis no corpo porque receptores reconhecem tais substâncias, propiciando a comunicação (eletroquímica) entre elas.

As implicações psicossociais atravessam as discussões sobre o uso de drogas, mas pouco se atenta para a importância da percepção dos estados corporais sob seus efeitos. Ela não deve ser ignorada, encoberta ou menosprezada, uma vez que, por exemplo, essa percepção pode 1) perpetuar o desejo do uso, quando são escolhas; 2) necessitar de desmame, abstenção e mudança da droga, quando são prescritas, atitude indispensável quando passa a haver um transtorno ou resistência por uso de uma substância. A identificação da importância da percepção dos estados do corpo levou ao desenvolvimento da proposta de que vivências em uma metodologia de danças com abordagem somática ajudam o usuário a *corpar*⁴ (KATZ, 2021) as informações das drogas com escuta mais sensível, reconhecendo limites e desenvolvendo outras percepções.

Em relação ao estado da arte sobre estudos do corpo, da consideração da experiência sob efeito de psicoativos e da abordagem somática na redução de danos, conheci uma enfermeira, redutora de danos e artista, Gabriella Ferreira, que atua com um projeto introdutório de Dançaterapia, um método de dança desenvolvido pela bailarina e coreógrafa María Fux (1988), por ela empregado como estratégia para a redução de danos em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas III (CAPS AD), em Pelotas (RS), desde março de 2022. Em publicações científicas, apenas o artigo “De volta para casa: educação somática e de dependência química” (BOLSANELLO, 2006) aborda as temáticas da educação somática e o uso de drogas.

A proposta aqui apresentada diverge da pesquisa exploratória e qualitativa realizada pela professora e pesquisadora de educação somática e corporeidade Débora Bolsanello (2006), cujo projeto se embasa em aulas de educação somática no contexto de

⁴ O uso do verbo *corpar* se apoia no artigo “Corpo. Porque corpo também é verbo.”, de Katz, publicado em **Coisas vivas. Fluxos que informam**. Org. Helena Bastos, em 2021.

tratamento em um centro de *reabilitação* para pessoas com *dependência química*. Há um distanciamento epistemológico, em relação ao discutido nesta dissertação, tanto no entendimento de corpo, que ela centra na fenomenologia, como também na perspectiva absenteísta que propõe, no campo de estudos sobre uso de drogas. O conceito de corpo aqui empregado é o de corpomídia (KATZ e GREINER, 2005; 2015), que se fundamenta no entendimento que o corpo está sempre trocando informação com o ambiente, em um fluxo que não se interrompe e no qual ambos vão se transformando, tanto o corpo quanto o ambiente.

A Teoria Corpomídia conjuga diversos afluentes teóricos para explicar um corpo que nunca se apronta – e esse argumento evolucionista de não completude é o que a distingue de tantas outras teorias que abordam nomeações semelhantes. Dentre os saberes que convoca estão as teorias da comunicação, a biopolítica, a teoria evolucionista darwiniana, a filosofia da mente, a arte e a semiótica desenvolvida por Charles Sanders Pierce (1839-1914). (GREINER e KATZ, 2015, p. 10).

E o corpo, entendido como corpomídia, aqui é trabalhado na perspectiva somática das pesquisas de Neide Neves (2010), que usam a abordagem somática como uma prática afetiva de autonomia e processos criativos, e com o neurocientista e pesquisador Mariano Sigman (2017). Sobre o uso de drogas, partindo do viés da redução de danos, as principais referências utilizadas são as pesquisas de Marcelo Sodelli (2016), do professor e historiador, Henrique Carneiro (2018), e do professor de sociologia Marcelo da Silveira Campos (2019).

Vale destacar a relação entre a Teoria Corpomídia (KATZ e GREINER) e a abordagem somática aqui trazida (NEVES, 2010) na compreensão desta relação intrínseca e indissociável entre corpo e ambiente, a partir do modo como um altera o outro ininterruptamente, fazendo com que ambos permaneçam em constante transformação. Ambas colaboram com a noção de processualidade nas estratégias para reduzir danos, priorizando a necessidade de cada pessoa que usa drogas, de maneira que ela seja conduzida para a autonomia, através das condições e circunstâncias do contexto no qual está. Talvez a contribuição de mais relevo seja a de propor o desenvolvimento da noção de redução de danos como um processo criativo, a partir da pesquisa sobre processos de criação desenvolvida pela professora Cecilia Salles (1998; 2008).

Para iniciar esse processo criativo, a primeira pergunta foi: qual espaço a redução de danos tem nas atuais ações com o público que lida com o uso de drogas na saúde, na

assistência social e na educação? O entendimento da redução de danos como um processo de criação é o de uma prática em evolução, que acontece no ambiente. Porque é o corpo que, constatando fatores circunstanciais, cria estratégias para reduzir danos e, para fazer isso, precisa desenvolver uma escuta sensível como recurso para fazer escolhas, pois não se pode esquecer das imprevisibilidades que sempre surgem, em processos vivos.

O papel do corpo na redução de danos será discutido em um processo artístico-pedagógico, instaurado para contribuir com a percepção dos limites corporais, do ambiente e dos estados corporais, incluindo também a atenção direcionada para tais variâncias, à medida que se faz uso de substâncias que alteram a maneira como o corpo age.

A metodologia empregada para a realização das práticas com danças com abordagem somática se embasa na sistematização dos processos lúdico, criativo, e dos vetores, segundo a Técnica Klauss Vianna; e das práticas corporais orientadas por pesquisadoras do corpo em movimento e por processos artístico-pedagógicos como o da Eutonia, do Método Feldenkrais e do Sistema Laban. São propostas que estudam o corpo em movimento (esse é um diferencial fundamental, o do corpo estar em movimento) pelo referencial anatômico, considerando as potencialidades de cada pessoa e valorizando a percepção dos movimentos. Para que isto ocorra, há a facilitação de propostas para aguçamento dos sistemas sensoriais, de maneira que haja a sensibilização do corpo para a criação, ou seja, uma sensibilização voltada para as escolhas realizadas durante as explorações sugeridas. Nelas, estão priorizadas a autonomia, a processualidade, a percepção, as singularidades, o autoconhecimento e o interesse na investigação.

Dada a importância da história do contexto jurídico sobre drogas, que delimita quem está incluído e como, nas ações programáticas programadas, ele está relatado na segunda parte. Dessa maneira, será avaliado o respaldo que a população que usa drogas tem sobre essas atuações, considerando as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero. As leituras sobre desigualdades e violência serão trazidas pela historiadora e professora, Lilia Schwarcz (2019), enquanto Helena Katz (2010) e o professor de sociologia Thomas Lemke (2019) elucidarão as relações biopolíticas institucionais. Inclusive, a reflexão crítica sobre a evolução das políticas nacionais sobre drogas e das leis de drogas, já ou atualmente vigentes no Brasil, inaugura a reflexão sobre o estado de *comunicação interrompida* entre a Política Nacional sobre Drogas (Pnad) e a população brasileira, assim como as implicações da Lei 11.343/2006, a lei de drogas. O subtítulo “Contextualizando a discussão sobre uso de drogas no campo jurídico no Brasil em

perspectiva comparada com outros países”, objetiva mapear os capítulos, artigos e parágrafos mais representativos dos traços regulatórios que orientam a ótica das determinações educacionais, legislativas e de saúde. Partindo dos tópicos mais relevantes para tais constatações, foi desenvolvida a linha do tempo sobre a transmutação de algumas Políticas e Leis Nacionais sobre Drogas no Brasil, desde primeiros decreto, decreto-lei, política e lei até atuais, incluindo algumas das respectivas atualizações e reformulações. Depois, será aprofundada uma discussão sobre o tipo de pensamento que embasa a lei e a política de drogas no Brasil para que sejam como são, ressaltando fatos históricos que consolidaram o proibicionismo. Por fim, a explicação da lógica moral, binária, capitalista e conservadora proibicionista será desdobrada nos cenários contemporâneos diversos em políticas de drogas em países, a partir da série de reportagens **Estado Alterado** (2020), da Folha São Paulo.

Ainda que o foco deste trabalho não seja apresentar hipótese, metodologia e resultados no campo do direito, a atuação sob a perspectiva da redução de danos e em serviços públicos carrega consigo a responsabilidade pelo estudo do panorama histórico e contemporâneo de regulações, para a identificação das possibilidades de ações para defesa dos direitos das pessoas e garantia do cuidado (em liberdade).

Na terceira parte, breves descrições e reflexões serão registradas, enquanto o relato de uma experiência documentará a implementação da proposta com mais detalhes descritivos e reflexivos. Também serão descritas as atividades específicas que compuseram as oficinas de danças com abordagem somática, dirigidas a pessoas que usam drogas, em contextos múltiplos. As oficinas aconteceram nas seguintes organizações e serviços: Centro de Atenção Psicossocial III Adulto – CAPS (2022), Centros Dia para Idosos (2019-2022), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas III – CAPS AD (2021), Programa de Extensão Universitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), através do Grupo de Trabalho de Redução de Danos da UFSCar (2021), Centro de Acolhida II (2019) e Centro de Convivência É de Lei (2018). O objetivo dessa parte é expor reflexões acerca de algumas das discussões produzidas nos encontros, além do registro de observações minhas, como facilitadora, e depoimentos que contribuíram para a avaliação dos processos, resultados da proposta, relacionados à sua valência para reduzir danos.

Parte 1. Tratar a redução de danos como um processo criativo

1.1 Criação em redução de danos

Vamos construir, agora, o entendimento de que a elaboração, a proposição e a adoção de estratégias de redução de danos (RD) podem ter a forma de um *processo criativo*. Tal proposta se justifica por entender que as ações de redução de danos se organizam em um tipo de processualidade evolutiva, que se assemelha ao processo vital típico da criação, cujo *tempo* se faz distinto da ligeireza com que nos habituamos cada vez mais. A criação requer dedicação ao seu processo, que não pode ser determinado antes, pois será o seu desenvolvimento que desenhará o que dele poderá resultar. Além da questão temporal, há necessidade de lidar com a qualidade de um estado de atenção que precisa considerar a presença de si mesmo, o espaço no qual está, bem como as outras pessoas que partilham desse mesmo ambiente.

A perspectiva da redução de danos como processo criativo se apoia no entendimento de **criação** de Cecilia Salles (1998; 2008), pesquisadora de processos de criação artísticos e literários. Seu entendimento de processo de criação (SALLES, 2008, p. 7) se respalda na semiótica peirceana, com a impossibilidade de determinação de ponto inicial ou final. “O processo de criação [...] pode ser descrito como um movimento falível, com tendências, sustentado pela lógica da incerteza, englobando a intervenção do acaso e abrindo espaço para a introdução de ideias novas”. (SALLES, 2008, p. 7).

A noção de processo evolutivo-desenvolvida por Darwin complementa a de Salles. Com ela, se compreende que é a adaptabilidade ao ambiente que permite a sobrevivência, ignorando – porque é inexistente – a definição de hierarquias entre as espécies, considerando que cada uma vai se transformando para preservar sua existência. “A seleção natural é o relojoeiro cego que funciona por transformações graduais, passo a passo, partindo de fenômenos suficientemente simples para terem surgido do acaso”. (DAWKINS, 2001, p. 23-24, 42, em KATZ, 2011, p. 78). Ou seja, para lidar com o entendimento de criação, faz-se necessário não esquecer do que faz com que ele ganhe a adaptabilidade que permitirá a sua sobrevivência.

A perspectiva da redução de danos (RD) baseia-se na compreensão de que é necessário desenvolver *modos de lidar*, convivendo com o uso das drogas e em acordo com a pretensão da pessoa que faz uso. Afinal, esse comportamento já se estabilizou, o sujeito já está adaptado a ele. Por isso, é preciso investir em modulações das estratégias

desenvolvidas de RD, tornando-as singulares para cada pessoa, considerando causas para o uso, o modo de uso, a relação que a pessoa estabelece com a droga e o **ambiente** onde a pessoa vai se constituindo, lembrando que ela também contribui na composição do ambiente, como nos lembra o conceito de corpomídia (KATZ e GREINER), quando salienta as trocas incessantes entre corpo e ambiente. As pessoas redutoras de danos são profissionais que estabelecem a ponte entre a pessoa que usa psicoativos e as estratégias de cuidado que podem ser adotadas ou criadas. Redutores de danos podem contribuir com a evolução do processo criativo *em* redução de danos.

Dentre as medidas de redução de danos associadas ao uso de drogas, estão materiais (insumos para uso) e orientação a respeito de possibilidades de ação da pessoa que usa, para que ela possa refletir sobre sua forma de uso, reduzindo, assim, danos gerados pelo consumo de psicoativos. Insumos são importantes ferramentas assistenciais, usadas como meio para a prevenção de infecções prováveis, caso sejam compartilhados. A distribuição de objetos pessoais incentiva as pessoas ao não compartilhamento dos utensílios necessários para uso das substâncias, a depender da via de uso do psicoativo, seja ela por aspiração, ingestão, ou intravenosa, como copos, seringas, cachimbos e canudos. Porém, sozinhos, não caracterizam o que é redução de danos.

Diálogos sobre o modo, o contexto e os motivos do uso também contribuem para uma diminuição de danos e riscos possíveis. Essa *comunicação dialógica* colabora para a elaboração e a escolha de adaptações em relação a muitos dos aspectos que compõem a forma de uso. Exemplificando: dentre as medidas que partem do diálogo, pode-se sugerir não misturar substâncias, indagar sobre motivações para o uso, ou sugerir que se avise alguém em quem confia, que fará um uso abusivo, caso seja possível.

Todas essas estratégias são *criadas* e propostas a partir da disponibilidade da pessoa que usa, de suas **escolhas** e possibilidades. Devemos ponderar que as composições criativas do processo dependem das condições de vida de cada pessoa. Há limites em toda situação. Por isso, o que é possível e a que se está disposto podem ser insuficientes⁵ para a determinação de estratégias específicas a serem adotadas ou elaboradas - o que evidencia a imprescindibilidade da persistência para a busca de medidas eficientes e

⁵ Um exemplo: se uma pessoa que está em situação de rua sente medo de fazer uso, nesse contexto, esse sentimento pode se intensificar quando está sob efeito psicoativo, mas ela não tem muitas outras possibilidades. Neste caso, devemos considerar que, no Brasil, não há política de salas de uso ou mesmo de moradia, ou seja, que ofereçam um espaço onde as pessoas possam se sentir mais seguras para o consumo da substância psicoativa.

coerentes aos contextos *social, espacial, temporal e pessoal*, ou seja, ao **ambiente** (KATZ e GREINER, 2005; 2015).

Cecilia Salles (2008, p. 56-57) explica que a criação, entendida como processo, implica em movimento e continuidade de um percurso em sentidos vagos. O movimento da criação indefine início e fim, porque é contínuo. Salles se refere a criações, especificamente, artísticas, mas a sua descrição se adequa ao que sucede nas práticas de redução de danos. Salles destaca uma continuidade processual na experimentação, de modo que hipóteses são formuladas e testadas. Após as tentativas, há o reconhecimento das novas possibilidades de caminhos e a realização de seleções, para a continuidade da criação de relações com elementos *que vão constituindo o processo*.

Períodos sócio-históricos de **crise latente** influem no *processo de criação* como terremoto, bruscamente. E acabam por ser resultantes na elaboração de outras estratégias, tanto no fornecimento de insumos quanto nas contribuições pedagógicas, com dialogicidade. A seguinte citação de Freire (2019, p. 107) complementa o entendimento da dialogicidade e da reflexão crítica promovida pelo diálogo:

Esta busca nos leva a surpreender, nela (palavra), duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificando, ainda que em parte, uma delas se ressent, imediatamente, da outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo (parênteses nosso).

A atual crise sanitária de alcance internacional (Katz, 2020), promovida pela Covid-19, é uma dessas crises. Nesse momento, máscaras e sabonetes passam a integrar os materiais utilizados como insumos para prevenção da transmissibilidade do *coronavírus*. A expressão ‘crise latente’ é empregada para enfatizar um acontecimento importante, que atinge intensamente sociedades, agudizando crises que poderiam ser denominadas de espécie pessoal. É crucial entender que as crises de *espécie pessoal*, insurgentes em um corpo, se intercambiam com o ambiente para que sejam como são, assim como acontece com as crises do ambiente, que também são afetadas pelas crises do corpo, para que aconteçam como acontecem.

A redução de danos é um processo criativo **pedagógico**, bastante além de ações exclusivamente assistenciais ou preventivas, restritas às disciplinas de saúde. Nos parágrafos anteriores, foram trazidos alguns procedimentos como possibilidades para a

redução de danos, no campo da profilaxia de infecções. Entretanto, a RD se mostra como um processo bem mais complexo.

[...] entendemos que a prevenção ao uso nocivo de drogas deveria estar direcionada em promover, nas pessoas, uma formação que possibilitasse maior conhecimento dela mesma, de sua vida e dos problemas do mundo, priorizando, em última análise, uma redução dos níveis de vulnerabilidade em relação ao uso nocivo de drogas (SODELLI, 2016, p. 119).

Assim como a citação explica, ainda que as propostas sejam formuladas, inicialmente, em parceria com pessoas redutoras de danos, as pessoas que usam drogas podem **adaptar** estratégias de autocuidado e se responsabilizarem pelo seu modo de uso, em um contínuo processo de criação, mesmo quando estão sob efeito delas. A adaptação vai desenhando o processo evolutivo da criação, constituído por **possibilidades e escolhas**, as quais se dão pela *dinamicidade da criação* que, em movimento, *vão se formando e se transformando*. O estado dinâmico perpetua a confluência nos cruzamentos com tendências e acasos (SALLES, 2008, p. 16), que existem no curso da criação.

As tendências são informações esperadas ou que combinam intensamente com uma coleção de informações (em fluxo), enquanto as imprevisibilidades são informações **qualitativamente** distintas das já conhecidas. Entre acasos e tendências, faz-se escolhas, que assumem o papel de atratores na evolução do processo criativo. Em quaisquer processos evolutivos, as tendências vão qualificando e preservando a existência singular de cada um. Simultaneamente, é sabido que há necessidade adaptativa para a sobrevivência, dependendo das imprevisibilidades no ambiente. Em caso de inadaptabilidade, acontece a morte, não havendo mais processo - *em movimento*.

A criação é constructo de escolhas, dentre as inúmeras possibilidades que surgem. O que é escolhido conduz o sentido do fluxo da criação e, quando o acaso é escolhido, descobertas podem acontecer (SALLES, 2008, p. 16). Escolhas acontecem o tempo todo, porém a escuta sensível para mais escolhas intencionais, que está sendo proposta aqui, mapeia a complexidade da redução de danos.

Estamos falando do inacabamento intrínseco a todos os processos, em outras palavras, o inacabamento que olha para todos os objetos de nosso interesse [...] como uma possível versão daquilo que pode vir a ser ainda modificado. Tomando a continuidade do processo e a incompletude que lhe é inerente, há sempre uma diferença entre aquilo que se concretiza e o [...] que está por ser realizado. Sabemos que onde há qualquer possibilidade de variação contínua, a precisão absoluta é impossível.

Nesse contexto, não é possível falarmos do encontro de obras acabadas, completas, perfeitas ou ideais. A busca, no fluxo da continuidade, é sempre incompleta e o próprio projeto que envolve a produção [...], em sua variação contínua, muda ao longo do tempo. (SALLES, 2008, p. 13).

Vale registrar que a redução de danos surgiu das necessidades, da demanda de um grupo de pessoas que usavam substâncias psicoativas, na Holanda, em 1980. Portanto, as ações realizadas em cenas de uso, por equipes de saúde e assistência social, a serviço do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ou de ONGs, são necessárias e requisitadas pelas pessoas que fazem uso de drogas. É bem diferente da fala de um dos entrevistados, em uma das cenas do documentário **Cracolândia** (2020), de Edu Felistoque, que diz que profissionais atuantes em serviços que realizam ações pragmáticas em cenas de uso precisam desses territórios, com pessoas em situação de rua, para manter o seu emprego.

É fundamental entender que tais ações somente acontecem por conta da **demand**a existente, ou seja, da existência de pessoas **expostas** à situação de rua e, comumente, nessas condições, com transtorno por uso de álcool e outros psicoativos. A frequência do uso pode ser interpretada até mesmo como uma estratégia de sobrevivência. É provável que essas situações de extrema vulnerabilidade não fossem tão corriqueiras, caso houvesse uma política de drogas pautada na redução de danos, e que considerasse a **necessidade** de moradia e trabalho como direitos de quaisquer cidadãos, além de direitos e serviços mais diretamente ligados aos que usam drogas psicoativas, como as salas de uso.

Vale apresentar algumas definições de substâncias psicoativas antes do foco nos princípios da redução de danos e no processo de criação de estratégias que possam reduzir danos e riscos. Existem distintas potencialidades psicoativas, que podem ser categorizadas como perturbadoras, depressoras ou estimulantes do sistema nervoso central. A percepção se altera em corpos sob efeito de drogas, podendo ficar mais sensível, distorcida ou anestesiada. A ação dessas substâncias em um corpo, comumente, agudiza condições vulneráveis existentes, como um sentimento. “O termo vulnerabilidade é originário [...] da área da advocacia internacional pelos Direitos Universais do Homem, e significa: grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção ou garantia de seus direitos da cidadania” (SODELLI, 2016, p. 87).

Segundo Sodelli (2016, p. 87-94), da noção de vulnerabilidade ressalta uma movimentação reflexiva, que diz respeito às três vulnerabilidades constituintes de um ambiente, ou seja, a individual, a social e a programática. Mergulhando nas camadas mais profundas desse tecido, precisamente no campo epistemológico do uso de drogas, cabe debruçar-se sobre a relação entre pessoa, droga e momento sociocultural (ambiente), denominada por Bucher de *equação triangular* (SODELLI, 2016, p. 94), presente no processo de disseminação da droga. Toda essa *paisagem* que compõe um determinado contexto, reverbera na maneira como a pessoa que faz uso de substâncias se relaciona com o objeto e no modo como os efeitos psicoativos acontecem.

A via de uso, o ambiente, a frequência, o estado pessoal, o contexto social e a qualidade da substância influenciam nos efeitos. Tais condições, se precárias, podem expor a pessoa que usa a situações de risco. Danos já são pressupostos com o uso de psicoativos, entretanto riscos, como mal-estar e maior vulnerabilização a acidentes, podem ser circunstanciais. Por conta da variabilidade nos aspectos contextuais, estratégias para redução de danos podem amenizar condições de vulnerabilidade com as quais pessoas que usam drogas podem se deparar. Pessoas que fazem uso e pessoas redutoras de danos *criam* mecanismos de autocuidado em conjunto, de maneira que as singularidades pessoais sejam valorizadas. E assim, tornam-se possíveis **reflexões** sobre a composição circunstancial, no sentido de atenção aos elementos que conjugam e tecem as relações do ambiente no qual se faz uso.

Nessa **dialogicidade** horizontal entre redutor de danos e pessoa que usa drogas, pode-se observar que esta tem uma *taxa* de **responsabilização**⁶ por si mesma, para com suas escolhas, que implica na construção de um processo de autonomia. A autorresponsabilidade propicia à pessoa uma leitura crítica sobre seu modo de uso, incluindo atenção ao seu estado corporal, à localização geográfica, ao contexto social, à dosagem e à substância. Tais informações estabelecem a condição de vulnerabilidade do ambiente no qual se consumirá o psicoativo, em relação aos estados corporais em atualização durante o uso. É adequado considerar a restrição de possibilidades de escolha em contextos de extrema vulnerabilidade pessoal e do ambiente. Todavia, orientações

⁶ É importante sinalizar: a taxa referida neste texto tangencia as ações pessoais pelas quais alguém responde, excluindo que a taxa de responsabilidade da pessoa seja maior do que seus conhecimentos limitados ao acesso, de acordo com suas condições sociais. Tal pensamento não ignora a responsabilidade da qualidade das instituições estatais, como educação e saúde, de grandes empresas e ações que geram impactos sociais, nem as desigualdades racial, social e de gênero, entretanto compreende uma taxa pessoal de responsabilidade sobre suas ações. São estas que possuem implicações micropolíticas (KATZ e GREINER, 2005; 2015).

coerentes a cada recorte ampliam e fortalecem constructos diligentes, capazes de contribuir para um uso de droga mais seguro.

Salles (1998, p. 41-42) aponta que a criação é um ato comunicativo. O processo criativo, em estratégias de redução de danos, *vai sendo criado* entre redutor de danos e pessoa que usa drogas. Tal *processualidade* acolhe as camadas de complexidade da pessoa e de seu contexto de vulnerabilidade, em um *continuum* de criação. Os princípios da redução de danos direcionam e acompanham todo o processo, oferecendo possibilidades de escolhas. Em Sodelli (2016, p. 120), há uma listagem com diretrizes de cuidado. Uma delas demonstra a vulnerabilidade como condição do uso nocivo de drogas, entendendo que as vulnerabilidades mudam com o passar do tempo, da mesma maneira que se alteram suas intensidades, dimensões e graus. Nessa diretriz, a *vida como processo* potencializa a processualidade vital como continuidade, ou seja, em constante evolução. A comunicação entre mediador e pessoa que usa evolui à medida que necessidades adaptativas emergem das estratégias criadas até o momento, assim como há comunicação entre a coleção de informações singular e as possibilidades de escolhas das estratégias, sejam elas tendências ou causalidades.

É importante enfatizar que a evolução não é uma progressão linear de aprimoramento, mas sim *processos (evolutivos)* contínuos e ininterruptos. O corpo está sempre em conversa e conexão com os aspectos **transitórios** internos e externos. Padrões vão se estabelecendo e mantendo a coleção de informações (em transformação), que podem reforçar caminhos neurais semelhantes. São as tendências que preservam a existência da espécie.

O corpo biológico, contudo, se constitui também com um outro modo de ser: como corpo do simultâneo, da instabilidade, do caótico. Onde as leis da natureza se instalam como tendencialidade, no sentido peirceano, isto é, como uma espécie de afinidade direcionada à aquisição de hábitos novos. Tendencialidade parceira da generalidade, da mudança, da evolução, do tempo, da continuidade (KATZ, 2005, p. 9).

O *acaso* gera a ruptura das tendências provocando instabilidade, que culminará em uma escolha que produz adaptação. Isto é, o processo evolutivo transforma o entrelaçamento tecido, ou seja, as redes da criação em estratégias de redução de danos.

Os sistemas tendem a permanecer. Para tal, se transformam ao longo do tempo. O processo evolutivo modifica o sistema no sentido de uma

complexidade sempre crescente. Uma pedra, por exemplo, existe por um tempo bastante longo. Um corpo humano vive muito menos. Uma partícula estável, como um próton ou um nêutron, deve durar bilhões de anos. Tempos variados, escalas distintas, complexidades diversas. (KATZ, 2005, p. 112).

As diretrizes da RD estão imersas nas relações que *compõem as escolhas* por usar drogas, seja a intenção do uso lúdica ou outra, e na relação entre pessoa e substância. Todas essas interações, esmiuçadas em meio à complexidade do uso de psicoativos e da redução de danos formam uma **rede**, que preserva as singularidades dos objetos em interação.

O entendimento das estratégias de *redução de danos como um processo criativo* favorece o protagonismo da pessoa que usa drogas e sua autonomia para *escolhas*, demonstrando-se como uma processualidade inerente ao evolucionismo. O **processo** de criação se modifica a partir das emergências de acasos, passando, assim, por processos evolutivos. Estes, por sua vez, justificam as redes de conexões complexificadas. Tal complexidade se mostra como um processo consistente, revelando-se, inclusive, como uma maneira de persistência e de ação micropolítica do agente para enfrentar a lógica moralista em vigência. Esta lógica fica explicitada no histórico apresentado na Parte 3.

1.2 O papel do corpo

Agora, serão explicitados alguns traços do modo como a metodologia de danças com abordagem somática atua no corpo, para a compreensão do motivo pelo qual ela pode ser adotada como uma estratégia de redução de danos. A metodologia é um *estudo exploratório* incumbido na *tatilidade* como potência impulsionadora de sua existência, delineando um processo (em curso), seguindo a perspectiva da proposta de criação na redução de danos. Tatear, segundo a argumentação de Katz (2011), possibilitou a vereda de semioses – tríades contínuas (ver figura 1) - na metodologia esmiuçada aqui, com a **abdução** acontecendo nas etapas projeto-processo-produto em intensidades diferentes.

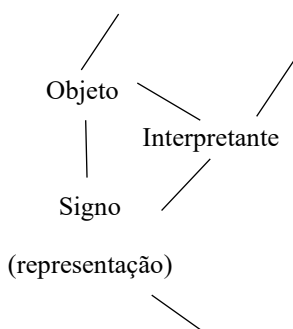


Figura 1: Cadeia de semiose.

Pois é a abdução a chave que permite o entendimento de projeto fora da ordenação sequencial-temporal que habitualmente o relaciona somente à dedução ou indução. Com Peirce, torna-se possível compreender a abdução como uma ‘lógica da descoberta’, e isso se dá porque, além dela ser desconsiderada também uma forma de raciocínio, é tida como a única capaz de produzir novas ideias. Apresentada como “o processo de formar hipóteses explanatórias” (CP 5.171), a abdução é conduzida por uma espécie de “instinto adivinhatório” e, tratada como sendo uma estratégia de investigação. (KATZ, 2011, p. 73-74).

Com esta proposta, aconteceu o primeiro registro do estudo artístico-pedagógico de danças com abordagem somática e redução de danos, na monografia apresentada no curso de Artes do Corpo. Com orientação de Helena Katz, **O corpo como estratégia de redução de danos** carrega a proposta de que o corpo precisava ser incluído nos estudos da redução de danos, já considerando o corpo trabalhado no *treinamento* de danças com abordagem somática, e as habilidades sensório-motoras nela desenvolvidas. A compreensão de corpo já era como um sinônimo de corpomídia (KATZ e GREINER, 2005), apoiada no entendimento de que quando informação e corpo entram em contato (KATZ, 2021, p. 19), a informação **corpa**, vira corpo. A informação que chega se mistura às que já estão lá, na coleção que cada um de nós é, todas se modificando. Sobre a noção de corpomídia, é preciso entender que:

O corpo não é um meio por onde a informação simplesmente passa, pois toda informação que chega, entra em negociação com as que já estão. O corpo é resultado desses cruzamentos, e não um lugar onde as informações são apenas abrigadas. É com esta noção de mídia de si mesmo que o corpomídia lida, e não com a ideia de mídia pensada como veículo de transmissão. A mídia à qual o corpomídia se refere diz respeito ao processo evolutivo de selecionar informações que vão construindo o corpo. A informação se transmite em processo de contaminação. (KATZ e GREINER, 2005, p. 131).

Ao propor um treinamento em danças com abordagem somática, cabe explicitar que, em relação ao substantivo ‘treinamento’, o sentido da proposição desta terminologia não é o do senso comum, que usa a referência de treino corporal associada à ideia de um fazer frequente, cujo objetivo é o de atingir melhores resultados, progressivamente. Na monografia e nesta dissertação, entende-se treinamento como “[...] a execução atenta de instruções com a intenção de reforçar os novos caminhos propostos para a flexibilização de padrões e a criação de movimentos. Transformações no corpo que são possíveis através de reforços constantes de determinadas ações” (NEVES, 2010, p. 53). Neide Neves explica que os reforços não acontecem como reprodução desatenta. E que, pensando

didaticamente, seria uma etapa sucessora ao momento de reconhecimento do estado corporal presente e anterior ao momento que indica a degustação do processo, quando o corpo goza da aptidão para experimentos de movimentações, apresentando *o frescor* (NEVES, 2010, p. 54) da presença, ainda que haja repetições de movimentos. Nesta fase, a proposta é a de um trabalho contínuo, um processo de treinamento que pororoca em um caldo espesso vocabular de *movimentações*. Algumas possibilidades são o reconhecimento das necessidades corporais, a exploração de movimentos na proposta em danças com abordagem somática e a semelhança entre redes neurais (NEVES, 2010), à medida em que acontece a repetição de um procedimento, subsequente à flexibilização dos reforços por adaptabilidade e atualização conforme necessidades. Sigman (2017, p. 168) exemplifica sobre o ouvido, mas o mesmo acontece com outras plasticidades neuronais: quanto mais se exercita, mais se dá o refinamento da habilidade. Quando não há treino ou uso, as estruturas neuronais se atrofiam. O movimento *é/faz/acontece* na vida, por isso movimento e vida são compreendidos como implicados um no outro. A evolução dos processos de movimento, principalmente em danças, é exemplificada por Katz (2005, p. 57) como uma dança contínua no corpo, em fluxo de movimentações que *signifique* uma comunicação, a qual não poderia se presentificar, caso se constituísse em blocos desconexos, não sendo traduzidos como dança.

O processamento sensorial associa sensação à ação. A ação requer um programa motor, que cria um padrão espaço-temporal de acionamento celular, que orchestra os neurônios motores. Para acionar tal conjunto se faz necessário o comando de um grupo de interneurônios ativos num determinado padrão. (KATZ, 2005, p. 57).

A aptidão à percepção dos movimentos requer qualidade no estado de presença e faz a experiência do treinamento *que vai criando/sendo vida*. O movimento, segundo Katz (2005, p. 67), modifica o corpo repentinamente, de forma contínua e em fluxo, negociando os padrões do movimento com o que era corpo antes daquele acontecer. “Assim se instala o movimento e a percepção do movimento. Da sua reprodução pelo corpo, em encadeamentos sob a forma de pensamento, nasce a dança.” (Ibidem, p. 67). A mudança dinâmica é intrínseca à experiência. “[...] aqui, sempre se refere a um estado cognitivo durável que tenha resultado da percepção [...]. Seus padrões, justamente aquelas matrizes que geram movimento [...] se atualizam como constructo” (KATZ, 2005, p. 56).

A nomeação da experiência é uma estratégia que favorece a escuta, ou seja, a reflexão sobre as percepções corporais e dos movimentos, identificando-as e traduzindo-

as em palavras ou narrativas, elaborando os processos *de/em* vida. Na metodologia desenvolvida, o percurso de **nomear as experiências** começa no aguçamento do sistema sensorial para despertar sensações, que, constatadas, codificadas, são chamadas de percepções. Sigman (2017, p. 109) explica, exemplificando: “[...] depois que um estímulo chega à retina, produz-se uma onda de atividade no córtex visual do cérebro. Essa demora não se deve somente aos tempos de condução no cérebro, mas também à constatação de um estado corporal que codifica o estímulo”.

A sensibilização corporal inclui, no aguçamento da sensorialidade, a mobilização de lembranças e emoções, além de outras referências de vida da pessoa. Como Katz (2005; 2011) chama, a **coleção de informações** que *vai se/nos constituindo, em constante troca e transformação*, contribui para a leitura que faremos das instruções propostas e das sensações resultantes. Sigman (2017, p. 174) conta que recordar uma música é fácil por haver uma trama, dispensando a memorização de palavra por palavra do tecido composto.

São muitas as maneiras de responder às propostas sugeridas oralmente na metodologia com abordagem somática. As instruções são informações didáticas, com narrativas interpretadas por cada pessoa ouvinte, em negociação com as informações já *corpadas* (KATZ, 2021) nela, de tal forma que as pessoas vão criando possibilidades de respostas heterogêneas. Outro fator a ser registrado é trazido por Sigman (2017, p. 108), quando ele escreve sobre a comparação entre estímulos sensoriais iguais com trajetórias diferentes devido a flutuações na qualidade do estado de atenção, na vigília ou na concentração.

Há que considerar que, na sensibilização, a limitação perceptiva também acontece em acordo com a maneira como a pessoa se sente no momento. Sensibilizar-se alterará o estado corporal, de maneira geral, assim como as emoções, e, por consequência, afetará as tomadas de decisão. Segundo Sigman (2017, p. 54), o reconhecimento do estado corporal pela atividade do córtex cerebral avalia alternativas, estimando riscos e benefícios. A hipótese é: no caso de termos mais aptidão para a identificação de nosso estado – do modo como estamos nos sentindo -, conseguiremos discernir, mais assertivamente, circunstâncias de exposição a riscos postos no ambiente em relação à maneira como estamos.

Por que a sensibilização favorece esta habilidade? E como esta habilidade pode ser fortalecida? Este recurso, de acordo com Sigman (2017, p. 191), pode ser aprendido pela plasticidade, dependente do esforço ao qual nos dispomos na aprendizagem, considerando a motivação um fator importantíssimo, que nos instiga à dedicação. Para a

qualidade do processo de aprendizagem e para que o tédio não disperse a prática, o interesse pela proposta deve ser imprescindível.

A sensibilização é um recurso interessante porque facilita a **escuta corporal**, a constatação da maneira como nos sentimos em relação ao ambiente. Além disto, tende a ser uma vivência intensa e, portanto, *presente nas lembranças* (SIGMAN, 2017, p. 192), como uma estratégia possível de ser adotada para auxiliar o refinamento da escuta do corpo. Sigman (2017, p. 192) explica: momentos nos quais estamos mais sensíveis, num sentido emocional, vigoram nas memórias, porque há produção de dopamina - hormônio liberado em sensações de prazer - quando estamos sensíveis, “[...] diminuindo a resistência do cérebro à mudança” (SIGMAN, 2017, p. 193) e transformando as sinapses (Ibidem, p. 191) - comunicações eletroquímicas entre neurônios, que produzem *pensamentos*. Sigman (2017, p. 193) continua: “[...] o cérebro aprende quando está exposto a estímulos que o transformam. É um trabalho lento e repetitivo [...]. Mas essa transformação necessita, além de esforço e motivação, que se disponha o córtex cerebral em um estado de sensibilidade à mudança.”.

O autor complementa (2017, p. 224), explicando que a memória é uma rede ativa, semelhante a um processo de criação, e que compõe o aprendizado, se considerarmos a eventualidade da organização de informações para constituições de outros conhecimentos, quando alguém ensina (Ibidem), por exemplo. A repetição, assim como o entendimento de treino, deve priorizar a qualidade da atenção durante a vivência, a fim de que o processo de repetição não seja automatizado, mas mantenha uma atenção intencional em relação à aprendizagem e à escuta corporal, isto é, à constatação das nuances dos estados corporais. Tal repetição favorecerá o **treinamento dos receptores** para que estejam *sensíveis* às circunstâncias e aos acasos compositores do ambiente.

Os efeitos das drogas no corpo alteram a percepção e o funcionamento cerebral de um jeito específico, que depende da categoria à qual a substância pertence – depressora, estimulante ou perturbadora do Sistema Nervoso Central - somados aos estados corporais e do ambiente onde se está e a outros aspectos. A experiência com a percepção alterada por um agente psicoativo terá outra *qualidade*, porém, não está impedida. Entendendo **qualidade** como “[...] (aquilo que identificará a natureza da existência daquele fenômeno, como aquilo que o distingue, o qualifica, e não como um adjetivo que o classifica).” (KATZ, 2005, p. 62), não há desvalorização da experiência sob efeito de drogas, porque continua havendo contribuição para o processo de elaboração da/em vida. Ainda assim, precisa-se destacar que há interferência na qualidade do estado de atenção, que gera

especificidade no treinamento. No quarto capítulo do livro **A vida secreta da mente**, Sigman (2017) explica sobre as atividades cerebrais sob efeito de alguns psicoativos, como ayahuasca e psilocibina - recomendado para pessoas que tenham interesse em estudar mais sobre.

Há ainda um outro traço a considerar, pois a intencionalidade da presença também intervém na aprendizagem. A atenção a si, ao espaço e às outras pessoas, com base na Técnica Klauss Vianna (NEVES, 2010), ampara a vivência, arando a possibilidade da percepção do corpo em movimento, subsequente à escuta corporal. É um *estado ampliado da atenção*, já que a atenção focada dispersa nossa relação com o ambiente e produz fadiga em pouco tempo. Sigman (2017, p. 159-161) explica que a concentração recorta a atenção passo a passo, perdendo a noção do todo, além de explicitar sobre a necessidade da dedicação em um treino metódico para assimilação e aptidão no aprender.

Katz (2005) lembra que a temporalidade do corpo que dança não volta. Além da importância da qualidade ampliada de atenção para o aprendizado, não existe a possibilidade de tratar o movimento como algo congelado, um objeto que se pega de novo. “Um passo de dança, mesmo o mais simples, jamais acaba ou começa em um ponto exatamente o mesmo, matematicamente reproduzível” (KATZ, 2005, p. 48). Não esqueçamos que as habilidades motoras vão sendo desenvolvidas por treino de comandos neurais (Ibidem, p. 169-170), que não ficam imunes ao tempo, não ficam suspensos da ação do tempo. E como o tempo não se interrompe e está sempre acontecendo, o movimento não pode ser refeito, ele só pode ser feito de novo, e a cada vez que é feito, se modifica um pouquinho. Por isso, podemos explorar as movimentações do corpo como um processo criativo de explorações, como veremos no próximo subtítulo.

O treinamento proposto aqui parte do *fazimento* de movimentações habituais do dia a dia, explorando ações cotidianas de descanso, deslocamento e costumes, que tanto variam, de acordo com as culturas locais. A referência a tais formas de se mover possibilita experimentos cotidianos, para além das ocasiões em *aulas/oficinas*, de maneira que alguns dos recursos de controles neurais e escuta do corpo possam ser recrutados também fora do momento específico do treinamento.

Pensemos em um exemplo: o uso de MDMA é bastante popular em festas de música eletrônica. Um dos sintomas prováveis de seu uso é o aumento da temperatura corporal, sendo a piscina de gelo uma estratégia de redução de danos empregada para evitar o seu estado febril e uma possível convulsão. Pensando na metodologia com abordagem somática, há um recurso para conseguir a diminuição da temperatura corporal:

deitando-se com as costas no chão, espalhando-se no chão e entregando o peso do corpo ao chão. Nesta posição, em pausa, o fluxo de circulação sanguínea se lentifica, como durante o sono, dependendo do estado de relaxamento que o corpo consiga atingir. Sob efeito de MDMA, droga estimulante, pode-se estar em um estado corporal agitado e ansioso, porém, conhecendo a dinâmica da proposta somática, há perspectivas de atuação, considerando o estado corporal do momento. Evidentemente, é indispensável considerar a quantidade de substância no corpo, pois, em doses excessivas, afeta a elaboração de *pensamento*. Outra amostra como estratégia de redução de danos, refere-se a situações sem uso de psicoativos: os batimentos cardíacos aceleram e a pele transpira, antes de uma tomada de decisão equivocada (SIGMAN, 2017, p. 55-59). Apesar de complexa, a habilidade da escuta corporal pode ser convocada como um recurso, para empregar a pausa como um procedimento. Sim, a pausa, percebendo a relação do corpo com o chão, focando no estado corporal do presente e no ambiente, favorece a percepção do que se intui como assertivo ou equivocado. Mas, sabe-se que um dos impedimentos para a realização desse procedimento está no hábito da imediatez, de fazer tudo rapidinho, de forma ligeira, que tem nos pautado.

“Os órgãos psicomotores fazem parte do modo de nos tornarmos seres do mundo” (KATZ, 2005, p. 56).

A proposta deste modo de trabalhar o corpo (com abordagem somática) é um processo que vai acontecendo no corpo. O corpo sensibilizado vai encontrando recursos, lidando com o ambiente com presença amplificada, e requer do professor uma familiaridade estreitada quando está com efeitos de drogas. Além da importância de conhecer os possíveis efeitos da substância utilizada, precisa-se dedicar percepção à reação pessoal e considerar o estado do corpo e do ambiente no momento do treinamento. Evidentemente, tal reconhecimento é mais complexo e caótico, mas indispensável para ser possível lidar com as circunstâncias que se impõem, caso a caso.

1.3 A abordagem somática

Em 2015, ao ingressar no curso de bacharelado em Comunicação das Artes do Corpo, pretendia conhecer metodologias de dança e estudá-las junto a estratégias

pedagógicas, como uma proposta para colaborar com o cuidado de pessoas que faziam uso abusivo de álcool e outros psicoativos. Na ocasião, ainda não sabia ser equivocado propor uma ferramenta para a *recuperação* de pessoas. Por conhecer somente o método absenteísta, subentendia a necessidade de buscar um objeto didático para ajudar na necessidade, que parecia insubstituível, de um tratamento contrário ao uso de drogas, então pensado exclusivamente na prerrogativa da abstinência.

No decorrer da graduação, entre 2015 e 2018, encontrei metodologias artístico-pedagógicas de danças, incluindo a abordagem somática. Trata-se de uma proposta com enfoque determinado pela percepção dos movimentos, partindo do referencial anatômico, que orienta o estudo do corpo através do respeito das possibilidades de cada pessoa. Não há um resultado específico pré-estabelecido a ser alcançado, nenhuma forma pronta a ser adaptada ao corpo, pois se trata de uma metodologia **processual**, na qual as pessoas descobrem caminhos distintos, uma das outras, a partir das instruções orais facilitadoras das propostas. Nesse sentido, a precisão destas instruções ganha muita relevância.

Dentre as técnicas de danças com abordagem somática, foi com a **Técnica Klauss Vianna** (TKV)⁷ que estreitei laços. Em 2018, durante o último ano da graduação, escolhi redigir a monografia sobre uma oficina de danças dirigida a pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, com as lentes da TKV, da Teoria Corpomídia (KATZ e GREINER, 2005; 2015) e da redução de danos.

No início da escrita, sob orientação e co-orientação fundamental e preciosa de Helena Katz e de Marcelo Sodelli, conheci a ótica da redução de danos - uma perspectiva de compreender a existência das drogas e de não ignorar a complexidade do uso nelas envolvida. No momento do contato com a redução de danos, tateei a proximidade entre ela e os princípios da abordagem somática. Com ambas, propus uma oficina com dez encontros, na Organização Não Governamental (ONG) Centro de Convivência É de Lei, que atua no campo da redução de danos associados ao uso de drogas, em defesa dos direitos humanos, promovendo convivências e também serviços educativos com orientações na perspectiva da redução de danos, somadas a distribuições de insumos para uso de drogas, principalmente na região central da cidade de São Paulo, onde sua sede está situada. O É de Lei atua enfaticamente com pessoas mais expostas a situações de extrema vulnerabilidade e que, por conta dessas condições, fazem uso de álcool ou outras substâncias psicoativas. Os pilares epistemológicos da metodologia artístico-pedagógica

⁷ A Técnica Klauss Vianna foi estruturada pela sistematização efetuada por Rainer Vianna e Neide Neves.

eram/são a redução de danos, no campo do uso de drogas; a Teoria Corpomídia, no entendimento de corpo; e a Técnica Klauss Vianna, na abordagem somática das propostas didáticas.

A Teoria Corpomídia, adotada como noção de corpo da TKV, estuda o corpo no centro dos processos comunicacionais, considerando o trânsito constante das informações entre corpo e ambiente. Ambos, corpo e ambiente, estão em fluxos de transformações contínuos, sempre dependendo da *coleção de informações* (KATZ, 2011) que o corpo é a cada instante, variando a combinação entre as informações que chegam com as que compõem a coleção. Greiner (2005, p. 51-52) elucida que “A comunicação engloba [...] uma visão bem mais ampla do que aquela da comunicação de massa. Relaciona-se à circulação, à vinculação e aos processos de cognição, por isso não se restringe às “mídias” (como se tem traduzido em português)”.

A Técnica Klauss Vianna, utilizada como base da metodologia oferecida pela oficina, é constituída por quatro processos: lúdico, dos vetores, criativo e didático. O processo lúdico apoia estudos em sete tópicos corporais globais: presença/atenção, articulações, peso, apoios, resistência, oposição e eixo global. No processo dos vetores, os estudos são dos oito direcionamentos ósseos específicos. O 1º vetor parte do osso sesamóide lateral do primeiro metatarsal; o 2º vetor, do direcionamento do osso calcâneo; o 3º vetor parte do osso púbis; o 4º, do osso sacro; o 5º, parte da ponta inferior da escápula (osso); o 6º vetor parte articulação cotovelo; o 7º é direcionado a partir do primeiro osso metacarpal; e o 8º vetor é direcionado a partir da sétima vértebra cervical (osso). É necessária a aprendizagem dos tópicos de maneira ordenada, porque há dependência do seguinte em relação ao anterior. No entanto, é comum a retomada dos conteúdos a fim de investigar os estudos na Técnica.

A TKV propõe estudo, exploração de movimentos e improvisação, regando esse trabalho com todo o conteúdo da Técnica. Este é composto de recursos corporais, que direcionam organizações de movimentos diferentes das quais estamos habituados. A vivência é uma evolução constante e, por isso, a cada vez que retomamos um tópico já estudado, temos a possibilidade de ter uma percepção diversificada. [...] impulsionando a pessoa ao autoconhecimento corporal (OLIVEIRA, 2020, p. 38).

O processo didático do treinamento se embasa nos princípios da Técnica, e tem como objetivo a elaboração de um caminho artístico-pedagógico que conduza uma processualidade investigativa no corpo. Alguns dos princípios da TKV são autonomia

corporal, presença/escuta, percepção dos movimentos, autoconhecimento corporal, valorização das singularidades, aluno-pesquisador e professor-pesquisador, buscando desestabilizar, com esses dois últimos, os entendimentos tão sedimentados dos papéis de aluno e de professor.

Como as investigações são processuais e implicam em escolhas, durante as vivências que são estimuladas na metodologia, tanto em relação às pessoas que recebem e realizam as propostas como em relação às que as elaboram e facilitam, o processo se torna criativo. A criação também pode ser enfatizada em contextos didáticos que são direcionados para realizar investigações de modelos não prontos, como é o caso da proposta da Técnica Klauss Vianna.

Com a continuidade dos estudos, em 2021, pude reconhecer, mais explicitamente, uma ligação entre os princípios da redução de danos e os desta Técnica. Conjugei, então, os saberes da TKV com outras propostas, como as do Sistema Laban, da Eutonia, do Método Feldenkrais, e as leituras de corpo das professoras Rosa Hércoles e Zélia Monteiro – todas conjugadas nos princípios das abordagens somáticas que não praticam padrões prontos para o corpo, mas instigam investigações sobre os estados que o corpo vai sendo, ao longo do tempo. As estratégias de sensibilização foram sugeridas pela professora Rosa Hércoles nas aulas de **Fórum monográfico em artes do corpo II**, em 2018. Suas proposições, a partir de seus conhecimentos de Eutonia, contaminaram minhas propostas didáticas. Encontrei na “sensibilização tátil” que ensinou uma orientação fundamental para as oficinas, considerando especialmente a utilização de objetos agradáveis e confortáveis para oferecerem apoio, ampliarem espaços internos, entre pele, ossos e músculos, e facilitarem a intermediação entre corpo e ambiente.

Hoje, de forma mais consistente, identifico que a instrução para o uso de objetos pode ser relacionada a três referências metodológicas principais: Eutonia (da qual parte a pesquisa de Hércoles), Lygia Clark e Angel Vianna. Elas constituem três fontes de pesquisas sobre movimento, que possibilitam o aprofundamento das estratégias com abordagem somática. Vejamos algumas.

A prática somática desenvolvida por Gerda Alexander, e nomeada como Eutonia, esmiúça a investigação da pele, dos músculos e dos ossos, abrindo espaços entre tais estruturas. Os objetos são aliados importantes para a ampliação da percepção, no processo empírico. “O trabalho é desenvolvido através de exercícios específicos de sensibilização, realinhamento ósseo, toques, manipulações, para que o aluno possa ampliar a sua experiência sensorial e cognitiva [...]” (Instituto Brasileiro de Eutonia, c2021).

Lygia Clark é outra referência, escolhida por conta de seus estudos com objetos que chama de *relacionais*, porque os emprega como facilitadores da integração corporal na relação com o ambiente. No documentário **Memória do Corpo** (1985), o uso de objetos é apresentado como possibilidade, tanto em *campo artístico*, com esculturas, quanto *terapeuticamente*, e usados nas sessões de “estruturação do self”. Ela utilizava objetos com distintos pesos, como ferramenta simbólica e contribuinte do aguçamento sensorial. A variação dos pesos dos elementos utilizados favorecia ora a exploração da percepção sutil do leve, ora acolhendo o pesado.

Já Angel Vianna, responsável por uma das veredas artístico-pedagógicas da Escola Vianna, é uma menção necessária, justificada por sua pesquisa com objetos cujas necessidades são *artísticas* e, também, *terapêuticas*. Em seu método, objetos são promotores de sensibilização, como também intermediadores para aguçar a percepção dos corpos em movimento. “Suas contribuições artísticas e acadêmicas [...]” foram “[...]” construídas a partir da sistematização e difusão do método de conscientização do movimento e jogos corporais [...]” (Angel Vianna, c2018). O método Angel Vianna compõe o que passou a ser nomeado de Escola Vianna, e que reúne também a metodologia de dança criada e elaborada por Klauss Vianna e o que ganhou o título de Técnica Klauss Vianna, e que foi sistematizada por Rainer Vianna, filho de Angel e Klauss, e Neide Neves.

Jussara Miller aprofundou-se, em seu doutorado [...], nas ideias do filósofo italiano Luigi Pareyson (1918-1991), cujo pensamento de “escola” refere-se à reverberação das atuações de uma determinada linhagem de artistas pesquisadores, nas gerações seguintes, como conteúdo inerente e inevitável de ações herdadas e assimiladas. Sob esse prisma, Miller nomeia como “Escola Vianna” um pensamento de corpo provocado inicialmente pelo casal Vianna, que abriu portas para futuras pesquisas, como a Técnica Klauss Vianna, nomeada e sistematizada pelo filho Rainer Vianna, com a colaboração de Neide Neves. (LASZLO e MILLER *apud* OLIVEIRA, 2020, p. 14).

O entrelaçamento das metodologias citadas desenha percursos, mapeando possibilidades nas escolhas didáticas. Há critérios para eleger os procedimentos, os objetivos e o andamento rítmico-temporal do trabalho. Os critérios são modulados às circunstâncias de cada encontro, o que está diretamente atrelado às pessoas presentes, aos seus estados corporais, à temperatura do dia, à localização geográfica onde o encontro acontece, entre outros fenômenos relevantes para o contexto no qual o treinamento será realizado, e que devem ser percebidos e avaliados, apesar do planejamento do encontro acontecer previamente.

A oficina que ocorreu no É de Lei, inicialmente, foi desenhada em quatro tópicos (OLIVEIRA, 2018, p. 39), a saber: 1-restabelecimento da atenção, 2-sensibilização corporal, 3-reconhecimento corporal, e 4-percepção corporal. Hoje, em 2022, entende-se a necessidade de considerar os momentos das práticas de diálogo, tal como existe metodologicamente na TKV. Todavia, há o objetivo de desdobrar as discussões para temáticas como percepção do efeito das drogas, redução de danos, política e direitos humanos. Portanto, agora, a metodologia se desenha com cinco momentos: 1-restabelecimento da atenção, 2-sensibilização corporal, 3-constatação dos estados corporais, 4-percepção dos movimentos e 5-praticando diálogos.

O primeiro momento intenciona o **restabelecimento da atenção** em relação a si, ao espaço e às outras pessoas presentes no espaço. Para a introdução nele, há o despertar, espreguiçando e constatando seus estados corporais do dia, assim como a realização de deslocamentos, através de movimentos cotidianos como andar, sentar e deitar. No segundo momento, nomeado de **sensibilização corporal**, ocorre dedicação ao aguçamento dos receptores sensoriais com a utilização de objetos. Também há o entremeio entre corpo e objeto, favorecendo a percepção na relação do corpo com o espaço. A **constatação dos estados corporais** é o terceiro momento, a fim de saborear o estado do corpo sensibilizado, quando há especificidades do estado corporal que facilitam a autopercepção. Neste estágio, o sistema corporal age semelhante ao período de sono e a resistência do tônus muscular é baixa, o que, além de propiciar a sensibilização de tecidos em camadas mais profundas, induz ao relaxamento. O quarto momento, de **percepção dos movimentos**, sugere a exploração de movimentos na relação com o espaço, a ampliação do repertório de movimentações e o estudo da qualidade, ou seja, do modo de se mover, envolvendo a maneira como são recrutados os tópicos corporais da TKV e os fatores do movimento, como fluência, espaço, peso e tempo (RENGEL, 2003, p. 63). O quinto momento, **praticando diálogos**, se designa como uma conversa sobre as vivências, os estados corporais percebidos, as memórias despertadas e as relações com práticas cotidianas. As temáticas convocadas, comumente, atravessam o campo pessoal, e isto significa que histórias de vida são partilhadas. Porém, de todo modo, são discutidas reflexões com endosso político-cultural, apoiadas nos conteúdos enunciados.

Em casos possíveis de ampliação do tempo, do espaço e do interesse, a metodologia pode ser desmembrada, enfocando em cada um dos tópicos expostos acima. Nestas situações, outras propostas aparecem, sendo direcionados a oficinas de jogos corporais – para atenção - de sensibilização ou percepção dos movimentos, processo de

criação e de práticas de diálogo. Dentre tais desdobramentos, vale lembrar que o público-alvo é formado por pessoas que fazem uso de drogas, e que há que se registrar as singularidades de cada um desses grupos e dos contextos nos quais as oficinas são oferecidas. É importante ressaltar que fazem parte das oficinas pessoas que usam drogas, sejam substâncias psicoativas ou psicofármacos, não prescritos ou prescritos, lícitos ou ilícitos, em *processos de cuidado*) ou fazem uso lúdico.

Parte 2. Contextualizando a discussão sobre uso de drogas no campo jurídico no Brasil em perspectiva comparada com outros países

A complexidade do campo desta pesquisa, para ser constituída, implica na necessidade de apresentar o contexto no qual ela se inscreve e, para tal, torna-se necessário apresentar a situação atual, do seu ponto de vista jurídico, uma vez que um dos traços principais continua sendo a criminalização do uso de drogas, com consequências importantes quando a proposta é a da redução de danos. É necessário conhecer esta história para a reivindicação de políticas públicas para este setor.

A primeira política sobre - *contra* - drogas do Brasil, intitulada Política Nacional Antidrogas (Pnad), foi instituída com o decreto nº 4.345/2002. Natasha Salinas (2012, p. 133-135) explica, em sua tese, que é necessário agregar pressupostos, diretrizes e objetivos para a estruturação de uma política pública, para que, a partir desta, haja uma lei, nos âmbitos judiciário e legislativo.

Foram oitenta e oito anos de regulamentos nacionais sobre drogas até a construção da primeira política nacional, aqui no Brasil. Historicamente, há mais de um século, ocorrem implementações de leis e outras formatações de normas que proíbem a venda, a produção e o uso de substâncias psicoativas em municípios, como é o caso da maconha. Seu uso e sua venda foram proibidos na cidade do Rio de Janeiro, por uma lei da Câmara Municipal, implementada no Código de Posturas da Cidade, em 04 de outubro de 1830 (BARROS e PERES, 2011). Esta foi, inclusive, a primeira lei que proibiu maconha na história global. A proibição, no contexto de exploração escravocrata do século XIX, evidencia a legislação como um ato racista, intrínseco à repressão e à criminalização dos costumes e de insurgências culturais de povos da diáspora afro-brasileira (CINCO, s. a.), uma vez que a substância foi trazida por cidadãos angolanos sequestrados e escravizados, em 1550, conforme explicitado na linha do tempo *De ponta a ponta*, da edição histórica da Revista Superinteressante, cujo título é **A revolução da maconha** (2014, p. 9).

Na revista, explicita-se que os efeitos do álcool reverberam em desavenças sociais, enquanto não há associação de comportamento violento em casos do uso de maconha. Apesar desse fenômeno, o álcool - droga lícita - é consumido culturalmente e, muitas vezes, de forma abusiva. A maconha, por sua vez, permanece proibida e associada aos

que estão à margem da sociedade, mantendo o traço inicial da sua associação com os costumes de povos da diáspora africana, como se viu nas primeiras proibições da substância, como a de 1830, no Rio de Janeiro. E, desde então, já se observa um traço biopolítico⁸ (LEMKE, 2018), delineado pelo controle médico, moral e governamental sobre a população em relação a restrições no consumo canábico. Thomas Lemke (2018) escreve sobre o conceito de biolegitimidade, introduzido pelo “etnólogo da medicina Didier Fassin” (Ibidem, p. 123), que contribui com nossa discussão, visto que biolegitimidade se explica “[...] como legitimidade da vida, uma vez que o governo é cada vez menos exercido sobre os corpos do que através dos corpos [...]” (Ibidem, p. 126).

O caso específico do Rio de Janeiro expõe regulamentações locais, e foi aqui trazido como uma amostra histórica sobre a regulação do uso de substâncias psicoativas, e para apresentar a complexidade do campo judiciário e social, que são *entrecruzados*. Todavia, aqui, a ênfase se dará a partir de três marcos globais estruturantes da proibição, que refletiram no fortalecimento do proibicionismo legal e político do Brasil, produzindo políticas, leis, decretos e decretos-leis nacionais. São eles: a **Convenção Internacional do Ópio** (1911), a **Lei Seca** estadunidense (1920), e a declaração oficial de **Guerra às Drogas**, de Rixard Nixon (1971). Os desdobramentos desses fatos nas leis nacionais serão tratados brevemente, até a primeira política nacional, a Política Nacional Antidrogas, de 2002, e a atual Política Nacional sobre Drogas, de 2006, incluindo suas atualizações, realizadas em 2019. Por fim, serão apresentados alguns indicadores sobre políticas sobre drogas de alguns países.

A primeira implementação brasileira, no campo executivo e legislativo, de âmbito nacional, foi o Decreto nº 2.861/1914⁹. Ele sucedeu da **Convenção Internacional do Ópio** (1911), em Haia, devido ao decorrente uso do ópio, morfina e substâncias afins em distintas regiões do mundo. Consequente das concepções discutidas no evento e da anuência do Brasil nelas, o Decreto do Congresso Nacional aprovou e o Presidente da época, Hermes da Fonseca¹⁰ (1910-1914), sancionou medidas para impossibilitar abusos

⁸ “Aqui, o conceito de biopolítica refere-se ao desenvolvimento de um saber político específico e de novas disciplinas, como a estatística, a demografia, a epidemiologia e a biologia, que analisam os processos da vida no nível das populações, para “governar” indivíduos e coletivos por meio de medidas corretivas, excludentes, normalizadoras, disciplinadoras, terapêuticas ou otimizadoras” (LEMKE, 2018, p. 16).

⁹ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2861-8-julho-1914-575437-publicacaooriginal-98630-pl.html> Acesso em 12 de novembro de 2020.

¹⁰ Lauro Müller era o Ministro das Relações Exteriores (1912-1917).

crescentes de derivados do ópio e da cocaína (BRASIL, 1914), consignando a repressão às drogas e às pessoas que usam derivados de ópio e cocaína no sistema judiciário do país, além de evidenciar a abstração em relação às implicações do decreto-lei. Na sentença, vê-se o decreto-lei, que aprovava medidas(?) tendentes a impedir os abusos do ópio, da morfina, derivados e cocaína, sem evidenciar quais seriam as medidas que *poderiam impedir* o abuso de tais substâncias. Desta imprecisão legal, pode-se refletir sobre a imprevisão da eficiência do decreto-lei, uma vez que não há estratégias legais para lidar com o uso abusivo de ópio, morfina e cocaína, mas apenas o apontamento de um problema.

O próximo decreto nacional é sancionado em 1921, no ano seguinte à implementação da **Lei Seca**, nos Estados Unidos, instituída em 1920, pela 18ª emenda à constituição estadunidense, que proibia o comércio, a produção e a distribuição de bebidas alcoólicas. Há um grande volume literário sobre esse fenômeno constitucional, que interferiu nas políticas de fabricação e venda das bebidas alcoólicas. Aqui, as duas referências sugeridas para aprofundamento na temática são o capítulo seis do livro **Drogas: a história do proibicionismo**, escrito por Henrique Carneiro, em 2018, e o episódio um do documentário **Prohibition**, dirigido por Kens Burns e Lynn Novick, de 2011. Ambos elucidam a historicidade do processo que levou à execução da lei seca, no início do século XX. O acontecimento nos Estados Unidos, em 1920, é mencionado visando mapear os contextos ideológicos, as articulações discursivas e a importância histórica da Lei Seca para o sucesso de uma perspectiva proibicionista relacionada ao uso de drogas, que não se iniciou com essa lei. O processo para a proibição alcoólica estadunidense teve início no século XVIII, por óticas diferentes, cujos objetivos esbarravam na reivindicação contra o comércio e consumo alcoólico. Nesse período, até o século XX, a oposição ao uso de álcool insurge de linhagens evangélicas, de movimentos de luta por direitos e equidade de gênero, assim como no campo da educação, quando práticas didáticas proibicionistas foram implementadas.

Observa-se, até os dias de hoje, em 2022, reverberações desses movimentos, fora dos Estados Unidos, que conspiram pela proibição do uso de psicoativos. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), cujo lema é “Manter nossas crianças longe das drogas”, foi criado no Rio de Janeiro, em 1992, seguindo um modelo estadunidense. O Proerd conduz o tipo de abordagem sobre uso de drogas realizado em muitas das escolas brasileiras, quando há

orientação repressiva sobre drogas. No Brasil, há associações e organizações ainda não tão populares, como a Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD), o Projeto DESEJA e a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas de Sobral, que oferecem intervenções em escolas para formação de professores, por exemplo, objetivando ampliar as perspectivas pelas quais a temática do uso de psicoativos pode ser discutida. Nesses casos, as conduções propostas partem da redução de danos, sendo inerentes à **dialogicidade** (FREIRE, 2019, p. 107) tecida, de modo a considerar a complexidade presente na triangulação, isto é, na relação entre pessoa, contexto e uso de substâncias (SODELLI, 2016). Mas o próprio Sodelli aponta (2016, p. 105-107) que a nomeação ‘redução de danos’ pode ser utilizada de maneira achatada apenas como uma metodologia, e com finalidade também proibitiva, visando a abstenção - o que se opõe aos pressupostos da redução de danos.

Outra observação interessante é grifar que a proibição insurgiu de movimentos populares e, alguns deles, *progressistas*, prévios à implementação da lei seca e que se iniciaram no século XVIII, seguindo até o século XX. Alguns foram até mesmo contemporâneos da Conferência Internacional do Ópio, que aconteceu em 1911, pretendendo discutir o uso mundial excessivo de algumas substâncias psicoativas, e que implicou na instituição do decreto nº 2.861/1914. No período de implantação da lei seca estadunidense, no Brasil, o Presidente era Epitácio Pessoa que, em seu governo, dedicou-se à economia cafeeira, mantendo os preços do café em nível compensador (NETO; TASINAFO, 2006, p. 596). A 18ª emenda à constituição dos Estados Unidos favoreceu o lucro na indústria de café brasileira, porque a população estadunidense aumentou o consumo de cafeína, substância estimulante, após a proibição do álcool.

Passado um ano de vigência da lei seca, foi instituído, no Brasil, o Decreto nº 4.294/1921, penalizando pessoas que faziam uso de drogas, principalmente, álcool. Estipulou penalidades para pessoas que vendessem cocaína, ópio, morfina e seus derivados (BRASIL, 1921) e para pessoas que usavam drogas, com ênfase em pessoas que faziam uso abusivo de álcool. As penas compreendiam pagamento de multa até internação judiciária – **coercitiva** - ou voluntária (BRASIL, 1921). Tais penas eram aplicadas para quem apresentasse sinais de embriaguez que provocassem incômodos e para quem se embriagasse habitualmente, segundo os artigos 3º, 4º e 6º. O Decreto nº 4.294/1921 ainda determinava formas de processo e julgamento (BRASIL, 1921). Jonatas Carvalho (2014), através de vários artigos científicos, produzidos no campo da medicina,

argumenta sobre a patologização de pessoas que usam substâncias ativas. O decreto nacional foi motivado pela lei norte-americana, e inclusive, pode-se compreender o engendramento de tal associação, considerando todos os movimentos sociais colaboradores da proibição e suas reverberações em diversas regiões do mundo, além dos interesses político-comerciais implicados. A Lei Seca foi revogada em 1933.

O próximo marco histórico importante para entender a consolidação do proibicionismo foi o anúncio de Guerra às Drogas pelo presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974), em uma declaração sobre o uso de substâncias psicoativas como principal inimigo do país, em 1971. Marcelo Sodelli (2016, p. 46-49) é a referência principal no tratamento desse aspecto, e ele expõe que houve a implementação da campanha *War on Drugs* (Guerra às Drogas) e da agência Drug Enforcement Administration (DEA), cuja atuação se estendia desde a definição de políticas públicas sobre drogas até ação policial. Essa passagem histórica se pauta, assim como toda a tradição proibicionista, no discurso binário, que induz a abstinência como correta, certificando o que é diferente como errado.

Como reação, no Brasil, houve a implementação da Lei Nº 5726, em 29 de outubro de 1971, que dispunha medidas preventivas e punitivas ao tráfico e ao uso de *entorpecentes*, conforme nomeado na lei, ou substâncias que determinassem dependência física ou psíquica. O primeiro artigo da lei comprometia todos os cidadãos brasileiros a colaborarem com o **combate** do tráfico e o uso de substâncias psicoativas. Dentre as medidas preventivas ao uso e ao tráfico, há menção à fiscalização de estabelecimentos farmacêuticos e serviços de saúde, cursos para qualificar professores com discurso proibicionista e trancamento de matrícula de alunos que trouxesse drogas consigo. O segundo capítulo designava forma de *“recuperação para infratores viciados”*, que se restringia à internação em estabelecimento hospitalar, por período indeterminado, para tratamento psiquiátrico. O terceiro capítulo estabelece criminalização de uso, transporte, incentivo, produção, venda e cultivo de plantas com potenciais psicoativos, com medidas de prisão e multa.

Após décadas, em 2002, houve a instituição da **Política Nacional Antidrogas** (Pnad), pelo Decreto Nº 4.345. A nomeação do decreto apresenta uma perspectiva punitiva e proibicionista em relação ao uso de drogas, conforme uma primeira impressão após a leitura da palavra antidrogas. Ainda assim, a redução de danos sociais e à saúde é

determinada como diretriz para lidar com prevenção e tratamento de pessoas que fazem uso. A redução de danos já se presentificava em ações pontuais municipais, assim como as ações pioneiras no país, em Santos, 1989, as quais se iniciaram com intervenções de sensibilização quanto à profilaxia de infecções por HIV, pelo compartilhamento de seringas para uso de heroína, e distribuição de insumos descartáveis no período da epidemia provocada pelo vírus. De modo geral, a Pnad/2002 organizou diretrizes para lidar com o uso de psicoativos, implementando conselhos e sistemas auxiliares, como o Sistema Nacional de Políticas Públicas Antidrogas (SISNAD)¹¹, a fim de estruturar medidas para disseminação de informações sobre prevenção do uso indevido, centralização de ações repressivas no Departamento da Polícia Federal e repressão ao tráfico. Embora a política implementada em 2002 tenha sido a primeira no campo das drogas e tenha atualizado diretrizes processuais dessa área jurídica, a vigente permanecia a Lei nº 6.368/1976, instituída no período ditatorial. Segundo o texto **Histórico Legal das Políticas sobre Drogas no Brasil e no Rio Grande do Sul**, disponível na plataforma digital da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo do Rio Grande do Sul (SJSPS), em 2002:

“[...] foi sancionada a Lei nº 10.409, que se propunha a fazer uma série de modificações na antiga Lei nº 6.368 de 1976. A nova Lei, no entanto, teve mais da metade de seus 59 artigos vetados pela Presidência, o que a tornou uma lei “retalhada” e de difícil interpretação e aplicação. O direito material seguiu regulado pela lei de 1976, ao passo que as diretrizes processuais eram determinadas pela nova lei”.

Apesar da perspectiva pela redução de danos ser registrada na política de drogas de 2002, somente a Portaria nº 1.059, emitida pelo Ministério da Saúde em 04 de julho de 2005, respaldou ações de redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas (CAPS AD), destinando um fomento anual a esses serviços para atividades de redução de riscos e danos. Em 2006, o SISNAD passou por uma atualização terminológica importante, quando foi intitulado como Sistema Nacional de Políticas Públicas *sobre* Drogas. A palavra *sobre* substituiu a palavra *contra*, sendo uma alteração significativa, com possibilidade representacional de ampliação das lentes com as quais as relações com usos de drogas podem ser observadas.

¹¹ O SISNAD já havia sido instituído no artigo 3º do parágrafo 4º da Lei nº 6.368, de 1976, contudo passou a constituir a Política Nacional Antidrogas, de 2002.

Em 2006, houve o Decreto nº 5.912 que regulamentou a lei nº 11.343, Lei de Drogas, descrevendo sua finalidade, composição e organização do SISNAD e da gestão de informações sobre uso, prevenção e tráfico, mas a política de referência continuava sendo a de 2002. Em 11 de abril de 2019, a Política Nacional sobre Drogas (Pnad) entrou em vigor pelo decreto nº 9.761, também adotando uma nomenclatura que inclui a preposição sobre. O documento anexado à Pnad/2019 apresenta suas narrativas fundamentadoras, pressupostos, objetivos, perspectivas para tratamento e apoio, prevenção, procedimentos para redução de oferta e incentivo a estudos, pesquisas e avaliações sobre substâncias psicoativas, uso, prevenção, novas tecnologias, levantamento de dados e tratamento. Nominalmente, a redução de danos é excluída como vertente para tratamento e apoio, assim como as medidas para diminuição de oferta de drogas se pautam no combate e na repressão ao tráfico, de modo geral, considerando as discussões sobre substâncias psicoativas circunstâncias de segurança pública. Além dessas reformulações na regulação das diretrizes jurídicas, no que concerne a essa temática houve atualizações na lei de drogas, de modo que artigos e capítulos foram revogados, enquanto outros incluídos pela lei nº 13.840, de 05 de junho de 2019. As atualizações atingiram, principalmente, os artigos e parágrafos do capítulo sobre tratamento. O artigo 28 da lei de drogas causa dissonâncias turbulentas entre a distinção de uma pessoa que faz uso ou que trafica psicoativos, mas permaneceu descrito da mesma forma.

O aprisionamento da população, majoritariamente negra, periférica e pobre, acontece devido a ***não previsão*** de injustiça social designada pelo parágrafo segundo, do artigo 28, da lei 11.343/2006, que se descreve da seguinte forma: “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente” (BRASIL, 2006). O parágrafo legitima o agente de segurança pública (quem faz o flagrante) a interpretar o contexto socioambiental para discriminar a pessoa como traficante ou usuária. Esta determinação da lei não prevê que as interpretações poderiam ser equivocadas, caso as pessoas que fizessem uso fossem pobres e negras e estivessem em uma região periférica, por exemplo. É importante perguntar: quem compunha a Câmara dos Deputados e o Senado Federal no período do processo deste projeto da lei? Durante esse processo, Marcelo da Silveira Campos (2019) explicita que havia

preocupação de deputados e senadores em encarcerar, injustamente, pessoas que usam como as que traficam. Contudo, “A promulgação da Nova Lei de Drogas trouxe ao sistema de justiça criminal implicações “reversas” do esperado pelos formuladores do dispositivo: ao despenalizar o uso de drogas e estabelecer um sistema nacional de políticas sobre drogas – SISNAD [...]” (CAMPOS, 2019, p. 87-88). São regulações substancialmente insuficientes para assegurar os motivos pelos quais uma pessoa deve ser enquadrada como quem usa ou quem trafica. O uso se manteve como conduta criminosa, porém a pena de multa e prisão foram abolidas e substituídas por prestação de serviços à comunidade, advertência verbal e medida de comparecimento a programa ou curso educativo (CAMPOS, 2019, p. 88). O tráfico, por sua vez, passou de pena mínima de 3 para 5 anos de prisão até 15, como pena máxima.

Campos aponta que “Regras sociais [...] são criações de grupos sociais específicos, diferenciados em linhas de classe e grupos sociais, étnicos, culturais, geracionais e ocupacionais” (Ibidem, p. 31). Ideia que se relaciona à falência dos objetivos dos deputados e senadores quando elaboraram, discutiram e aprovaram o projeto de lei que resultou no artigo 28 da lei nº 11.343/2006 (CAMPOS, 2019, p. 52), que *descriminaliza(?)* o uso/porte visando impedir a prisão de *usuários* como traficantes, e definindo que agentes policiais reconheceriam se o contexto da situação se apresentava como um flagrante de tráfico ou uso.

[...] se perguntarmos para um policial brasileiro qual a sua principal função, ele provavelmente responderá que é “combater traficante”. A atividade policial é vista como sinônimo de enfrentamento e de dedicação profissional. Mas dados do Instituto Sou da Paz, para o estado de São Paulo, mostram que um pouco mais de 50% das ocorrências policiais envolvendo maconha apreendem não mais do que 40 gramas desta droga. O foco da polícia está no micro varejo da droga e avança de forma tímida no rastreamento do dinheiro do tráfico (LIMA, 2021).

Puderam ser acompanhadas algumas das consequências de regulações que visam enfaticamente **combater** as drogas, personificando-as como se fossem inimigas. É evidente que essa guerra alveja populações específicas. A proibição de drogas não escapa do sistema gerador da “[...] manutenção de uma vergonhosa desigualdade social, herdada do passado, mas produzida e reproduzida no presente” (SCHWARCZ, 2019, p. 127). Quaisquer *ações conviventes* com injustiças racial, social e/ou de gênero revigoram engrenagens promotoras desses sintomas. É possível criar mecanismos para

desentranharmos as estruturas enterradas em nós/sociedades? O modo como essa condição existe, estabelece relações de ^{superficialidade} entre as diferentes bolhas socioeconômicas. Ou seja, há um *deslizamento* no contato entre os divergentes contextos populacionais, que **afeta** uns aos outros. Em contrapartida, nessa concepção ^{superficial}, não há empatia para entrelaçamentos - o que demandaria um estado de **prontidão** para agirmos ativamente diante das desigualdades perpassadas em nós no dia a dia. A incoerência da **guerra às drogas(?)** é exposta, enfaticamente, na personificação dos psicoativos, que são apenas substâncias.

As drogas são potenciais *psicoativos* porque somos humanos, reagentes a tais princípios ativos, ou seja, temos, como explica Sigman (2017, p. 136), sensores moleculares nos neurônios, chamados receptores. Quando substâncias exógenas e psicoativas se encostam nos receptores, há aptidão para reações que nos alteram comportamental e fisiologicamente, em relação ao modo como somos sem os efeitos de tais componentes químicos. Alguns receptores são canabinóides, opióides e benzodiazepínicos, por exemplo. Os efeitos das drogas são possíveis apenas porque temos receptores que as reconhecem.

O aspecto comunicacional

Esse trecho da dissertação também pretende traçar uma ligação sobre o aspecto comunicacional entre a temática das drogas, os aspectos médico-jurídicos e a população, no sentido de compreender as possibilidades de acesso à informação, o interesse em buscar informação sobre psicoativos e as informações disponíveis em quais meios de comunicação. Tal busca parte da consideração de que informações sobre substâncias psicoativas deveriam estar presentes, fundamentalmente, no processo de desenvolvimento das pessoas, ou seja, desde a infância até a fase adulta, incluindo a velhice. Há que se pôr à vista a existência de uma discussão jurídica sobre psicoativos, identificando que ela é simplificada a um objetivo exclusivo, o de **combatê-los**, e é desta maneira que é apresentada à população, midiaticamente. É preciso sublinhar que os processos pedagógicos sobre uso de psicoativos são eventuais, proibicionistas, inexistentes ou apenas, em raríssimos casos, sob a perspectiva da redução de danos. O descompromisso com o tema do uso de drogas na *educação* pode ser identificado nos

artigos imprecisos da atual Pnad em relação aos tipos de abordagem do sistema educativo. A discussão sobre drogas transgride as fronteiras entre saúde, educação, comunicação e sociedades, reúne a complexidade destes campos e de seus contextos socioculturais.

As atuais discussões sobre drogas podem ser mapeadas nos continentes América do Sul e do Norte, Europa e Ásia, na série de reportagens “Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo”, realizada pela Folha de São Paulo, apoiada por financiamento da Open Society Foundations, e publicada em 2020, com edição e coordenação de Paula Leite. As metodologias político-jurídicas adotadas nos países seguem as duas linhas já discutidas neste texto: criminalização e repressão às drogas ou política de saúde pública e incentivo de estudos científicos pautados na redução de danos. Países como Estados Unidos (Ohio e Colorado), Suíça, Alemanha, Holanda, Espanha, Noruega, Dinamarca, Grécia, França e Portugal fornecem medidas de redução de riscos e danos a pessoas que fazem uso, principalmente problemático, de psicoativos. Por um lado, entre 1980 e 2001, esses países europeus passaram a ofertar salas de consumo assistido, locais onde pessoas podem fazer uso de drogas, adquiridas externamente, sob a supervisão de profissionais qualificados, como equipe de enfermagem. Por outro, as reportagens não tratam a respeito de educação em contextos múltiplos sobre drogas, sob a ótica da redução de danos, designando as ações nessa linha apenas como tratamento. Apesar do cuidado com pessoas que fazem uso lúdico ou com transtorno por uso de substâncias psicoativas a partir da redução de danos, a restrição de lidar com tais populações, impossibilita o trânsito com diálogos transversais relacionados a usos controlados de psicoativos legalizados e regulamentados, à educação sobre uso problemático e precoce de substâncias, entre outras temáticas de educação sobre drogas que não escapam às atuações de saúde.

Nos Estados Unidos, há diferentes propostas na abordagem político-jurídica para drogas entre Ohio e Colorado. Em Ohio, agentes policiais são incluídos no sistema de cuidado com redução de danos, o que gera uma circunstância ruidosa na relação entre programas de assistência e a pessoa que usa drogas. É como se houvesse vigilância moral no serviço de atenção disponível. Reuniões como Alcoólatras Anônimos e Narcóticos Anônimos, coniventes à lógica absenteísta e punitiva, ainda são consideradas importantíssimas lá, tanto que há relatos de médicos e assistentes sociais sobre o aumento do número de faltantes nas reuniões durante a crise sanitária global. O acesso a esses grupos pode ser benéfico, caso seja a escolha pela pessoa que usa drogas. Entretanto, é

importante que não seja a única opção. No Colorado, a matéria traz a ampliação da indústria de produtos à base de cannabis e de insumos que viabilizam o uso, desde 2014, ano de legalização do uso recreativo. No sentido comercial e com uma breve comparação à Holanda, proprietários de *coffee shops*, espaços regulamentados para uso de maconha, relatam que o estoque da loja não pode armazenar mais de 500 gramas, o que é insuficiente diante da demanda, apesar dessa possibilidade de consumo legal.

Em Israel, avanço tecnológico em estudos sobre cannabis na indústria farmacêutica aponta o país como principal em patentes correspondentes à maconha medicinal, uma vez que os componentes bioquímicos da cannabis não eram pesquisados. Em 1973, houve a permissão para uso terapêutico, com prescrição médica, no país. Em 2019, houve descriminalização de posse de maconha para uso pessoal, com pena passando a ser multa e há autorização de exportação a partir de Israel. No Uruguai, durante o governo do presidente José Mujica, a maconha foi legalizada e regulamentada, em 2013. As pessoas com interesse precisam ser cidadãos uruguaios ou possuir residência fixa no país. Cada pessoa pode comprar até 10g de maconha por semana, em farmácias, porém há apenas 17 estabelecimentos que vendem. Também há escassez da substância, porque duas empresas, uma uruguaia e outra canadense, possuem licença para plantio e produção e grande parte é destinada à exportação. Outra alternativa para plantio são clubes de cultivo, autorizados em manter entre 15 e 45 sócios, com restrição para cultivo de até 99 plantas. O plantio para uso medicinal passou a ser permitido apenas por empresas com licença do Estado.

Na reportagem sobre a Bolívia, há comparação entre a legalização do plantio de coca em duas regiões do país, Chapare e Yungas, com a repressão colombiana ao plantio, uma estratégia falida de combate ao tráfico. Na Bolívia, a regulamentação que permite o plantio de coca se iniciou em 2004, sob o governo de Carlos Mesa. Desde 2004, a produção do cultivo, quantitativamente, mantém-se muito semelhante até 2019 – ano dos últimos dados coletados, apesar da produção de 90% da produção de folha não passar pelo mercado legal, com finalidade de uso tradicional, e provavelmente ser destinada ao narcotráfico. Em perspectiva comparada, pode ser observado no gráfico abaixo, que a regulação com áreas de plantio resulta em controle da cultura de folhas de coca.

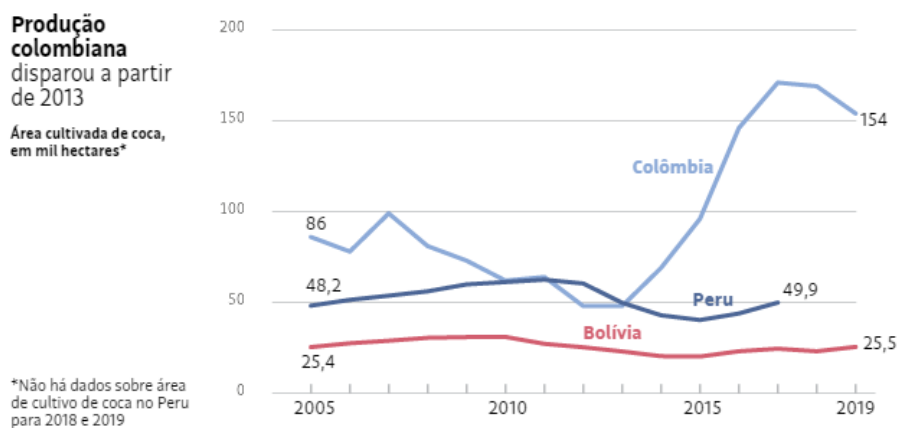
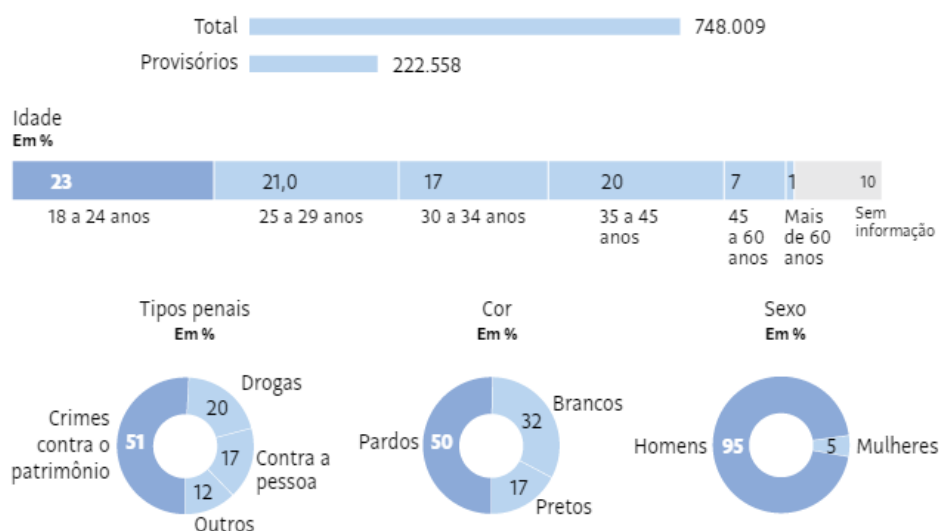


Figura 2. Gráfico com produção de coca colombiana em comparação à peruana e à boliviana. Fonte: Folha S. Paulo. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/bolivia/controle-da-area-cultivada/> Acesso em: 18 de out. de 2021.

Na série Estado Alterado, o Brasil está na categoria de adesão à repressão ao uso e, com ênfase, ao comércio ilícito. Um fator exposto pelo antropólogo e escritor Luiz Eduardo Soares alerta sobre falhas da instituição policial militar, como a impossibilidade constitucional de investigação, porém, para justificar atividade, há apreensão por delito em flagrante. Essa estrutura de combate atinge a varejistas do comércio de substâncias psicoativas ilegais que, muitas vezes, estão sem porte de armas, sem ação prática violenta e não possuem ligação explícita com organizações criminosas, ou seja, não alcança grandes organizações responsáveis pela importação, exportação e distribuição em massa dos produtos ilícitos. São afetadas populações periféricas, desprivilegiadas socialmente, e que não possuem recursos narrativos, financeiros e de preservação de direitos como cidadãos. Com isso, a população privada de liberdade tende a crescer e, segundo Luiz Eduardo Soares, “Dentro da cadeia, o preso vai precisar se aliar a uma facção criminosa para sobreviver, e deverá lealdade a ela quando sair da prisão. “Nós estamos pavimentando uma carreira no crime, contratando violência futura.”” (AMÂNCIO e ANIZELLI, 2020). Além dos dados abaixo, a reportagem de Amâncio e Anizelli (2020) ainda apresenta outros dados estatísticos, como taxa de apreensão de drogas anual, percentual de pessoas mortas por pessoas que atuam como agentes policiais, entre outros.

População carcerária no Brasil



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Figura 3. Gráficos com dados estatísticos da população carcerária no Brasil. Fonte: Folha S. Paulo. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/brasil/efeitos-da-guerra-as-drogas/> Acesso em: 18 de out. de 2021.

Na Indonésia, a situação é extrema quando a temática é tráfico de drogas. Joko Widodo, presidente da Indonésia desde 2014, manifestou sua repulsa a traficantes de psicoativos como manobra para aumentar sua popularidade, após insatisfação civil durante seu primeiro mandato com a alta dos preços de combustíveis. Uma maneira para demonstrar poder foi a condenação à pena de morte de pessoas enquadradas como traficantes, autorizando, em seu primeiro mandato, o assassinato de 18 pessoas por fuzilamento. O principal discurso se refere a drogas como inimigo principal, assim como enunciado na declaração de *guerra às drogas* por Richard Nixon, em 1971, há mais de cinquenta anos. A matéria de Mello (2020) também aborda a dificuldade de implementação e busca por tratamentos pautados na redução de danos, justificada pelo receio de pessoas que usam drogas em serem criminalizadas e presas. Como resultados, na Indonésia, a maior parte de infectados com o vírus HIV são pessoas que usam drogas injetáveis, pela impossibilidade de acesso a serviços que oferecem insumos, como seringas descartáveis. Quando conseguem tratamentos, comumente são internações compulsórias, com período de três a seis meses de abstinência e sem cuidados paliativos.

A China foi outro país escolhido pela série da Folha S. Paulo. O Projeto Brilho do Sol, que emprega pessoas com transtorno por uso de substâncias psicoativas é um modelo que se iniciou no sudoeste do país e foi replicado em trinta municípios, após resultados

positivos. O uso de doses de metadona em pausas no trabalho é uma das estratégias de redução de danos do tratamento, para diminuir efeitos da abstinência de heroína e outros opioides. Kalwan Kwan, professor de criminologia na Universidade de Hong Kong, ressalta que essa medida de tratamento não afasta a China da ótica de segurança nacional, em relação ao uso e ao comércio ilícito de psicoativos, considerando as *drogas(?)* como inimigo do país. O uso de drogas é interpretado como um fenômeno patológico social, que exige tratamento com internação.

O período de internação pode durar de 1 a 3 anos, e o dia a dia inclui exercícios físicos rigorosos, rotinas militares, aulas patrióticas e exercícios de “autocrítica” que lembram os impostos a intelectuais durante a Revolução Cultural, nas décadas de 1960 e 1970. O último relatório “Situação das Drogas na China”, divulgado em junho deste ano pelo governo, aponta 300 mil pessoas em tratamento comunitário e 220 mil em campos de internação compulsória no ano de 2019. O mesmo relatório estima em 2,14 milhões o número de usuários de drogas na China, o que corresponderia a apenas 0,15% de seu 1,39 bilhão de habitantes, um número provavelmente subestimado (ZANINI, 2020).

É importante não perder de vista os distintos processos dos países na sua relação com as drogas a partir da redução de danos. O objetivo de apresentar um breve histórico sobre regulações sobre drogas foi o de destacar a força do proibicionismo, isto é, um tipo de pensamento que manifesta ideias antagônicas: contrárias ao uso de drogas e favoráveis à repressão, em oposição à perspectiva que discute a relação entre corpo e drogas. Segundo Christine Greiner (2010), a reprodução de discursos dualistas ainda é sustentada, no século XXI, para estabelecer relações de poder. No caso das pessoas que usam substâncias psicoativas, as narrativas que se constroem com a noção de corpo entendido como um objeto facilitam a sua implicação neste tipo de relação de poder, como vimos.

Parte 3. Intervenções

Esta parte da dissertação é dedicada a apresentar as metodologias desenvolvidas para pessoas idosas e com transtornos mentais graves, entre grupos de pessoas que usam drogas, além de oficinas dirigidas a profissionais das áreas da saúde pública e da assistência social, e por fim, oficinas realizadas com pessoas em situação de rua e que fazem uso abusivo, principalmente, de psicoativos como cocaína, crack e álcool.

3.1 Compêndios

Pessoas com transtornos mentais graves em contexto de saúde mental pública

Estas oficinas, realizadas às terças, quartas e sextas-feiras, em um **CAPS III Adulto – Centro de Atenção Psicossocial Adulto** são dirigidas a pessoas com transtornos mentais graves. Neste contexto, há a possibilidade de ampliar as atividades em diferentes oficinas, acolhendo as necessidades das pessoas, com mais tempo dedicado ao esmiuçar das singularidades e das percepções de cada uma, além do aumento no número de dinâmicas nas oficinas de jogos corporais, em práticas de diálogos e de sensibilização corporal e percepção dos movimentos.

São pessoas que utilizam medicamentos frequentemente, e as propostas artístico-pedagógicas com abordagem somática são trabalhadas como uma estratégia para reduzir danos relacionados ao uso de psicofármacos e da interação destes com outras drogas, quando há caso de uso recreativo de outros psicoativos e da percepção prévia de surto ou crise. Um exemplo é o de uma *pessoa em cuidado* com autismo moderado e esquizofrenia, que participa das oficinas. Ela passou a reconhecer quando pode sofrer uma crise, conseguindo pedir ajuda para alguém auxiliá-la a ficar calma, porque não queria ficar brava e violenta.

Criamos, em princípio, quatro estratégias para possibilitar a qualidade intencional de atenção nas atividades: 1) andar em um espaço amplo, brincando ou não com uma bola – objeto que essa pessoa utiliza com frequência; 2) automassagear ao redor dos olhos e o rosto; 3) sensibilizar a pele com algum material; e 4) ouvir músicas calmas, cantando-as.

No contexto desta unidade de CAPS, a dinâmica, isto é, o andamento das proposições é entrecruzado às singularidades, limitações e necessidades muito distintas das pessoas participantes, formando um fluxo sinuoso. A impaciência, entre algumas pessoas participantes, para como as dificuldades de outras, com tempo ralentado na

aprendizagem, contribuíram para a desistência da oficina. Trata-se de um sintoma¹² dos dias atuais (2022), intensificado com a crise sanitária de alcance internacional (KATZ, 2020), e com o estreitamento da relação com as telas e com as mídias sociais no cotidiano. Treinando, na relação com as telas, por tanto tempo a fazer tudo a partir de si mesmo e no seu tempo, foi ficando cada vez mais difícil tolerar quem não faz tudo do modo como a gente espera.

De acordo com o que percebo, a participação das pessoas fica mais provável quando elas conseguem lidar com frustrações e compreendem os intuitos das propostas. Dessa maneira, há facilitação para atenção direcionada às atividades e à interpretação no entendimento das instruções. Tateando, tenho entendido que propostas voltadas para a imaginação podem despertar lembranças de alucinações ou enveredar em *desorganização* do pensamento, comprometendo o bem-estar da pessoa, sobretudo em pessoas que sofrem de alucinação sensorial. Nestes casos, a referência anatômica e a percepção das estruturas ósseas, articulares, musculares e do sistema respiratório ressaltam a concretude do corpo, estimulando a escuta corporal, de acordo com as possibilidades de distinção entre *realidade e delírio* (lembrando que o delírio não deixa de ser real, material e existente para a pessoa que o cria). A questão da imaginação torna-se um fator determinante, ao qual se deve muita atenção, quando se trata do planejamento de oficinas para pessoas em crise. Neste momento de finalização da dissertação, maio de 2022, eu poderia relatar a possibilidade de vivência com imaginação apenas em quadros de pânico, nos quais a intervenção aliviou a crise por um período.

A ludicidade foi explorada com criatividade durante as oficinas, e poderia ser indicada para o trabalho com pessoas com transtornos mentais graves. Há uma diferença entre o *lúdico explorado* e *propostas imaginárias*. No lúdico, as pessoas criam a partir de suas perspectivas, logo, de conexões neuronais – sinapses – que se relacionam como inferências de um sentido pessoal, com base nas experiências particulares em relação ao ambiente e pelo motivo das instruções aturem no corpo. Já nas propostas de imaginação, os conteúdos imaginários não se referem a algo específico, como uma região corporal que pode ser sugerida para ser percebida ou massageada e, além disso, eles podem produzir associações com outros pensamentos pessoais.

¹² Helena Katz aborda a temática em trabalhos contemporâneos a este.

Pessoas na terceira idade em contexto de assistência social pública

Em outro contexto, entretanto, ainda com oficinas para pessoas sob efeitos de psicofármacos, há propostas para a terceira idade, desenvolvidas em **Centros Dia para Idosos**. O recorte social do serviço público inclui homens e mulheres com idade superior a 65 anos, com vulnerabilidade social e pessoal, seja na relação conflituosa ou por rompimento de vínculo com a família, como em casos de desfavorecimento econômico. Essas oficinas aconteceram, na maioria das vezes, em fase de acompanhamento por limitações decorrentes de processos degenerativos intensos, de suma importância como redução de danos, por conta do uso contínuo de medicamentos prescritos para auxiliar o funcionamento do sistema fisiológico, devido a processos de degeneração ou em cuidado paliativo.

O reconhecimento da metodologia como ação para reduzir danos ocorreu durante a escrita desta dissertação, com a percepção dos efeitos e das causalidades dos psicofármacos nos corpos da terceira idade, discentes desta ação artístico-pedagógica. Ela acontecia em unidades de serviços públicos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), denominados Centro Dia para Idosos, em aula particulares e em um Espaço com terapias integrativas. A metodologia foi descrita e desenvolvida através estudos teórico-práticos, com vivências, durante quatro anos, e protocolada na monografia do curso de especialização em Técnica Klauss Vianna, cujo título é **Presença, tempo e vida: pessoas idosas com Técnica Klauss Vianna**, em 2020, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Neves. Sistemáticamente, a organização da oficina se distribui em cinco momentos: 1-Acordar, 2-Autopercepção, 3-Técnica Klauss Vianna, 4-Danças Circulares e 5-Relaxamento. O recorte no público da terceira idade justifica-se pela utilização de psicofármacos e da frequência diária das doses de medicamentos que os submetem a efeitos de sonolência e alteração de humor, comumente. Em relação a estados corporais, destaca-se a sensibilidade, expressada em choros.

As oficinas de danças para pessoas com mais de 65 anos são sucintamente apresentadas aqui, por cumprirem a tarefa de atuação para reduzir danos atrelados ao uso dos medicamentos, com propostas que favorecem a habilidade de escuta e sensibilização corporal, com o reconhecimento dos limites, adaptação de movimentações corporais e estratégias para recrutar a qualidade intencional da presença, de modo que contribuam com o acionamento de musculaturas, fazendo o esforço suficiente e ampliando os espaços intra-articulares, prevenindo quedas, qualificando processos para autonomia e

convivência coletiva e despertando memórias que potencializam o desejo de vida com alegria. Um dos principais desafios é convocar o engajamento nas turmas, buscando a autonomia na vivência das propostas instruídas, porque há uma preocupação excessiva com o que pode estar certo ou errado, que continua presente mesmo depois da explicação de que não se tratava da lógica que impõe uma forma correta para realizar um movimento.

Outra resistência nas oficinas é a ludicidade provocada em alguns procedimentos, com apoio de objetos para sensibilização, interpretada como um mecanismo infantil ou sem sentido. Todavia, após alguns encontros, é percebida a sua intensidade, pela sensação de bem-estar e relaxamento que provoca, quando passa a haver maior aceitação. A nomeação da experiência é um recurso importantíssimo para a constatação dos estados corporais. Dentre as pessoas idosas, há descobertas de possibilidades e enfrentamento a repressões, em momentos de experimentações de mobilidade e dinâmicas, quando, por exemplo, há exploração de movimentos da região pélvica e mulheres chutam bola.

Profissionais da saúde pública em contexto *online*

O curso de extensão universitária **Corpo sensível como estratégia de redução de danos** se iniciou em 2021, durante o período de reclusão social, devido à crise sanitária (KATZ, 2020). Em 2020, ingressei no **Grupo de trabalho (GT) de redução de danos da UFSCar**, coordenado por Taís Bleicher. A participação neste GT se tornou possível porque as atividades aconteciam *online*. Após a participação em um curso de extensão universitária, oferecido pelo GT, entre maio e julho de 2020, passei a integrar a equipe, participando dos projetos que nos mobilizavam ou que surgiam. O projeto foi elaborado a partir de discussões sobre inúmeros cursos *online* de redução de danos, disponibilizados no período pandêmico, que abordavam conteúdos similares a respeito das ações, da história, dos princípios e dos comprometimentos sociais dessa perspectiva de lidar com o uso de drogas. A proposta centrada no corpo seria uma proposta de outra ordem na redução de danos.

Inicialmente, o projeto se dirigia a pessoas que trabalham com saúde mental e redução de danos, com o objetivo principal de atenção e cuidado a esses profissionais, oferecendo práticas para sensibilização e relaxamento corporal e distensionamento muscular. Apesar das pessoas participantes considerarem positiva a realização da proposta, com viés focado na redução de danos associada ao uso de psicoativos, são os moldes acadêmicos que caracterizam este curso, direcionando-o ao campo de formação.

Desde 2018, passei a me encontrar com as demandas de atenção e cuidado requeridas por trabalhadores da saúde e da assistência social pública. Realizei intervenções pontuais destinadas a profissionais, e nelas identifiquei a objeção a processos em que há continuidade das oficinas, por conta da falta de pessoas atuando e da enorme quantidade de demanda.

Em relação a este minicurso, realizado como um eixo de formação, gostaria de explicitar que a metodologia não é interessante a para formação de profissionais da saúde mental pública, porque, ainda que atuem em contextos de intensa vulnerabilidade e com pessoas que utilizam drogas, precisaríamos de um longo período de estudos aprofundados sobre a proposta metodológica adotada – conceitual, empírico e dos procedimentos didáticos - para que os processos artístico-pedagógicos pudessem chegar a ser criados. O tempo escasso de contato com a proposta pode distorcê-la e torná-la superficial. Profissionais da saúde mental pública, na maioria das vezes, estão sobrecarregados de demandas profissionais, por insuficiência de recursos humanos. Isto atua tanto no setor público como, em alguns casos, nos coletivos e grupos autônomos ativistas que defendem e reivindicam os direitos das pessoas que usam drogas e a reformulação da política nacional sobre drogas. Estas condições justificam a dificuldade a participação de profissionais da saúde mental em atividades como a deste curso, cujo objeto de estudo principal foi o uso da dança com abordagem somática como atividade em programas de redução de danos, um curso que fez uso da **indisciplinaridade** entre artes do corpo, saúde e educação. Greiner (2005) explica que a desobediência entre demarcações disciplinares sustenta a formulação da Teoria Corpomídia, por conta do cruzamento e do emaranhamento das informações de distintos campos que a compõem. Mas esta prática não é comum no campo da saúde, tornando-se mais uma dificuldade, que se soma ainda a uma outra, que é a ausência da ausência de apoio financeiro para os estudos, muito frequente nesse campo.

O curso aconteceu em cinco encontros, com frequência semanal, em torno de uma videoconferência de duas horas e trinta minutos, por cinco semanas consecutivas. O público-alvo foram profissionais redutores de danos da saúde, professores universitários, estudantes do assunto e *usuários* de drogas. As metodologias pedagógicas desenvolvidas por Helena Katz e pelas professoras do curso de especialização em TKV Neide Neves, Jussara Miller e Luzia Carion, foram referências para a organização do planejamento

deste curso. Por isso, a primeira parte do encontro era reservada para os relatos¹³ do encontro anterior e para a discussão de um texto que colaborasse para o entendimento da proposta, e, na segunda metade, realizavam-se as dinâmicas de dança com abordagem somática. O ambiente virtual possibilita a metodologia, porém com adaptações e limitações, se comparada ao formato presencial. As adaptações são atreladas aos objetos adotados nas atividades e à inclusão da atenção dirigida à tela, às estruturas arquitetônicas onde cada pessoa está e à tridimensionalidade de si e do espaço onde se está, por exemplo. E as limitações se estabelecem pela impossibilidade de dinâmicas em grupo ocorrerem, bem como a atenção às explorações das outras pessoas, e no prejuízo da escuta dos sons produzidos por corpos no espaço, pela microfonia que irrompia quando algum dos microfones individuais não eram desligados.

O primeiro encontro começou de forma distinta dos demais porque nele, os participantes se apresentaram e combinaram como os encontros aconteceriam. Essa é uma dinâmica adotada por Helena Katz, em suas aulas. Um exercício democrático, que incita um posicionamento diante das demandas organizacionais e de conteúdos a serem trabalhados no grupo, de modo a priorizar as melhores escolhas para o coletivo. As propostas de cada encontro foram planejadas considerando o formato remoto, no qual ocorreriam, ou seja, através de uma tela bidimensional, que dificulta a percepção gustativa, olfativa e tátil, com maior dominância das percepções visuais, com limitações restritivas quanto a dimensões, e auditivas, com modulações e volume sonoros distorcidos pelos captadores e emissores. Por conta da condição virtual, foi necessário escolher objetos genéricos ou materiais comuns, para que todas as pessoas participantes os possuíssem.

Os encontros facilitados por tecnologias digitais também desafiavam as possibilidades de estratégias artístico-pedagógicas, pelo modo como a inter-relação pessoal se estabelece por telas bidimensionais, sem as texturas da tridimensionalidade. Característica, essa, que demanda maior engajamento da pessoa situada à frente da tela, para que seja viabilizada a sua participação e, mais do que isso, que seja buscada uma vivência de percepção da qualidade sensorio-motora de cada movimento. Em uma passagem do texto escrito por Flavia Bortolon (2019), há similaridade entre a crítica feita por Lygia Clark às telas de pintura, como agentes passivas. Clark pulsava a necessidade

¹³ Havia um formulário de presença para que cada integrante preenchesse e relatasse, brevemente, suas percepções sobre o encontro, de modo similar aos protocolos efetuados nas aulas de Técnica Klauss Vianna.

de produzir uma proposta com volumes e tateabilidade possíveis de serem atravessadas, como concretizou em **Bicho** (1960).



Figura 4: Bicho.
Lygia Clark, 1960.

Figura 4: MASP.

Bicho é uma designação metafórica, como o nome casulo, que, de fato, designam a busca de soluções para o problema da contradição figura-fundo, pintar ou não pintar. Os casulos, como os Bichos, nascem da opção compulsiva de Lygia Clark ao trocar o gesto simbólico do pintor pela ação real sobre o suporte da pintura. Desse modo, assim os Casulos são modificação que tornaria tridimensional a tela bidimensional, os Bichos são desdobramento deste processo de transmutação (destruição) do suporte da pintura. Noutras palavras: como não era mais possível pintar, como não podia mais dar à tela seu uso tradicional, ela a destrói para continuar a fazer arte. (GULLAR *apud* BORTOLON, 2019, p. 96).

Porém, no curso, tratava-se de telas digitais, que emitem informações a partir de um sistema formatado que as condiciona. Constatada ser esta a condição de trabalho, como promover práticas somáticas em grupo através de uma tela? A atenção aos corpos fragmentados precisa de atualização frequente para uma qualidade intencional a si mesma/o, ao grupo e ao espaço bi e tridimensional, isto é, ao ambiente. Os retângulos, que acomodam as imagens captadas de diferentes pessoas, recortam possibilidades de criação comunicativa. Procedimentos de automassagem e sensibilização tátil foram ferramentas interessantes para estimular a acuidade dos receptores sensoriais.

No cronograma dos conteúdos trabalhados, dos materiais e das leituras necessárias, focamos, na primeira transmissão *online*, no estado de atenção, sensibilização dos pés e introdução à proposta, com o uso de três a cinco objetos que as pessoas tinham em casa (por exemplo: sacola plástica, papel higiênico, esponja, espuma, arroz, pedras, toalha), com a sugestão de leitura do artigo “Cuidar do cuidador” (OLIVEIRA, 2020). No segundo dia, estudamos estado de atenção, variação dos apoios dos pés e metodologia com Técnica Klauss Vianna. A leitura proposta foi um capítulo da tese de Neves (2010). Na terceira vivência online, exploramos o estado de atenção, a sensibilização tátil e as articulações, com metodologia a partir das oficinas **Reconhecendo meu corpo** (oficinas realizadas no **É de Lei**, em 2018) e **Dança e saúde mental** (oficinas no Centro de Acolhida Barra Funda II, em 2019). O objeto adotado foi uma bolinha (macia ou de tênis) ou um objeto pequeno/médio com textura agradável (não precisava ser lisa), com a sugestão de fazer uma bolinha com meias. A literatura de apoio

foi um trecho da monografia que escrevi (OLIVEIRA, 2018). No quarto encontro online, revisitamos o tópico da qualidade do estado de atenção e das articulações, com uma breve discussão sobre a Teoria Corpomídia (KATZ e GREINER, 2005; 2015). Por último, estudamos o estado de atenção, ações corporais e discutimos sobre terminologias (uma proposta de treinamento contínuo), além de abordar o corpo como estratégia de RD. Utilizamos folha sulfite para desenho com lápis de colorir, tinta, giz de cera ou canetinha, com a sugestão de leitura de Neves (2015).

As discussões e as reverberações do grupo formado foram intensas. A participação e a presença ativa teceram as camadas de cada encontro, contribuindo com a riqueza de partilhas, que mobilizaram o aprofundamento e a continuidade da investigação do treinamento de dança com abordagem somática como estratégia de redução de danos. Um dos participantes era estudante de psicologia e usuário de ativos, e já havia passado por uma fase de transtorno por uso de substâncias. Ele se interessou pela utilização de objetos como intermediadores das propostas, tanto pelo aguçamento perceptivo como também pela identificação de uma característica simbólica com os objetos. Nesse momento, relatou sobre o uso de psicoativo ritualizado. Para elucidar, exemplificou, em tom afetivo, com uma experiência pessoal sobre a relação que estabelecia com uma caixa que o acompanhava quando esteve em situação de rua. A caixa continha objetos pessoais e insumos para o uso de drogas, como cachimbo. Ele fala da importância dos objetos, naquela fase, inclusive como intermediadores da interação entre pessoa e droga, o que propiciaria a alteração perceptiva.

O seu relato nos lembra das propostas de Lygia Clark, no sentido do “deslocamento das percepções” (BORTOLON, 2019, p. 109) quando a pessoa atua modificando o uso do objeto ou experimentando outra exploração dele, como o uso de roupas que Lygia propôs, que modificavam as percepções dos próprios sentidos. Ela usava materiais que impediam a entrada de luz, a recepção sonora e que alterassem a percepção de outros sentidos. A relação com os objetos, para ela, tinha caráter simbólico (BORTOLON, 2019, p. 97) e a ação relacional com eles propiciava algum tipo de sensação, seja em experiências terapêuticas ou enquanto obras artísticas. A partir de 1966, “[...] a proposta de sensibilização do corpo e do sujeito surge, depois de Lygia Clark ter dissolvido o objeto de arte em favor do ato[...].” (Ibidem, p. 99). Um papel ativo, do objeto e da arte, capaz de produzir uma experiência tátil, por exemplo. O trabalho realizado por Clark é referencial para a proposta apresentada nesta dissertação, apesar de ser bastante distinto, por não ter o mesmo objetivo. Percebo traços que aproximam ambos, tais como

1) a relação intencional com o objeto, 2) a alteração perceptiva causada por ele, e 3) a sensibilização e o gesto simbólico que expandem a vivência em sua textura.

Pessoas do gênero masculino em situação de rua alojados

No **Centro de Acolhida**, onde realizei oficinas com duas estagiárias de psicologia, ocorreu uma constatação interessante sobre a relação com os objetos. As vivências fornecidas pelas propostas somáticas foram intensas, expandindo os signos dos objetos a uma *relação simbólica* estabelecida com eles. Muitos dos participantes compartilharam memórias de infância e outras lembranças, que remetiam a brincadeiras e afetos, emergentes durante as práticas de sensibilização ou explorações com o objeto, como a criação de desenhos e pinturas, o tracejo de caminhos pelo chão, o trabalho do olhar através dos objetos e o reconhecimento do peso do objeto. Algumas pessoas pediram para que fossem presenteadas com os objetos, ou seja, que os pudessem levar consigo, e, evidentemente, concordei com os pedidos. Em determinados casos, outros participantes revelaram que gostariam de levar, porém tinham receio de serem furtados ou, pior, abordados com violência física para o roubo destes objetos.

Aconteceram algumas propostas pontuais, neste projeto, que durou dez semanas, e elas foram e serão citadas apenas ocasionalmente, nesta dissertação, porque o enfoque voltado à população de rua se realizou junto à equipe do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas – CAPS AD.

Houve uma proposta, baseada em uma aula ministrada por Jussara Miller, no curso de especialização em TKV, na PUC-SP, que, apesar de compreender que poderia gerar timidez e insegurança, considerei relevante naquele momento do processo didático, por favorecer a autoestima. A proposta consistia em sugerir que o grupo pousasse o olhar em uma pessoa, que havia sido olhada na dinâmica. A ação do grupo, de evidenciar uma pessoa, requisitava, de modo intuitivo, que esta pessoa em evidência *enfrentasse*, com a estratégia que escolhesse, todas as outras, como autoproteção dos olhares que a penetravam. A pessoa olhada, em cena principal, pode utilizar tal situação como um benefício para seu estado de prontidão cênica.

As atividades são instruídas oralmente, para que cada pessoa busque estratégias para explorá-las. O fato de não haver demonstração do que é proposto - exceto quando é um recurso necessário para o entendimento da proposta – produz insegurança em quem

está acostumado com o jeito certo e o errado de fazer algo, e, um dos princípios desta metodologia é a exclusão do certo ou errado no modo de explorar as instruções. Outra singularidade, neste contexto, é a resistência em lidar com o reconhecimento de limitações em fazer movimentos mais lentos, com micromovimentos. Pessoas que tendem a ser ansiosas tendem a ficar mais ansiosas em propostas ralentadas, pois a maior parte de nós subestima as dinâmicas que respeitam os limites, o conforto e o mínimo de esforço que é necessário para a execução de micromovimentos.

Ainda assim, as oficinas incitaram a participação das pessoas, que se mantiveram presentes até o décimo encontro. Em um dos relatos, um aluno registrou, em um desenho, como se sentia nos primeiros encontros e como passou a se sentir nos últimos: um carro Gurgel e uma Ferrari. Em sua coleção de informações, o primeiro representava um desenvolvimento tecnológico aquém do segundo.

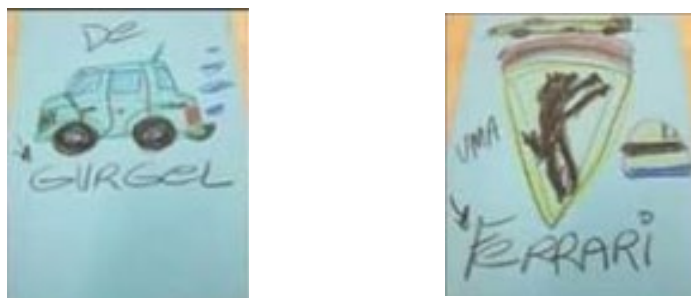


Figura 5. Desenho de participante da oficina. 2019.

Pessoas em situação de rua na região central de São Paulo, em uma ONG

A oficina **Reconhecendo meu corpo**, realizada no **Centro de Convivência É de lei**¹⁴, aconteceu em dez encontros, em 2018, dirigida principalmente para conviventes da ONG. Por conta do recorte de seu público-alvo - de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade e que não buscavam a atividade espontaneamente - foi necessário realizar um trabalho prévio, para a aproximação com os conviventes, e a escolha foi a de estar presente nas atividades oferecidas durante o Chá de Lírio, um encontro semanal para conversas, sessões de filmes, escuta de músicas, enfim, para a convivência, realizado a partir da necessidade das pessoas participantes. Pessoas do gênero masculino, cis, pretas e brancas, com vínculo frágil familiar, entre situação de rua e de abrigo precário, estavam presentes nas convivências e nas oficinas.

Observando a descrição das demandas possíveis, pode-se compreender a

¹⁴ Volte à página 30 para lembrar do **Centro de Convivência É de Lei**.

abrangência da redução de danos em aspectos psicossociais. Algumas pessoas redutoras de danos¹⁵ e algumas conviventes, frequentadoras do Chá de Lírio, puderam participar, ao menos em um dos encontros da oficina. A maior dificuldade encontrada foi a assiduidade, que afetou a evolução do processo artístico-pedagógico. A oficina era oferecida às quartas-feiras à tarde, colidindo com tarefas diárias de alguns dos participantes. Todavia, a participação das pessoas comprometidas em um encontro foi significativa, com presença ativa e favorecendo que todas as práticas fossem acolhidas e realizadas. Quem pôde participar da maioria dos encontros, partilhou relatos de reverberações das propostas, durante conversas que ocorriam no início e ao final dos encontros. Um participante relatou o despertar de sua percepção sobre os efeitos dos psicoativos, porque passou a reconhecer as percepções corporais. No trecho transcrito, há registro de um áudio em que o participante fala sobre a mudança de sua relação com o entendimento de corpo:

“Reconhecer meu corpo, buscar novas formas de situar o meu corpo no meu mundo, esses exercícios me sensibilizam fora daqui, porque estou disponível para reconhecer meu corpo aqui na oficina. Mas, às vezes, esqueço que tenho corpo, acho muito louco isso. E... na oficina eu sou levado a lidar com esse meu ausente, que é meu corpo, saca? Que é uma coisa louca, que é uma coisa de anos pra cá, porque sou muito sedentário e não era assim. Mas também, ao mesmo tempo que eu não era, na época, eu não refletia a minha relação com meu corpo, também.[...] Eu sinto isso, eu acho que o exercício é, de fato, a gente se tocar de como nosso dia a dia, que é a consciência pelo nosso corpo, ele é cerceado pelo cotidiano mesmo, que nos faz sempre dar um jeito, trabalhar de um jeito e tal. Pelo menos senti isso comigo, pelo menos. Às vezes eu sinto que não permito que meu corpo vá além [...]”. (OLIVEIRA, 2018, p. 57).

Dois encontros chamaram a atenção, no que tange à ludicidade como guia da exploração entre corpo e os objetos. Essas propostas eram compostas pelo brincar com objetos, com o objetivo de sensibilizar pés e mãos. Os trabalhos voltados às extremidades aconteceram com um processo paralelo de recordação. Isso porque havia tons lúdicos, durante a exploração dos objetos, que despertavam lembranças de momentos da vida, costumes do passado, como correlacionar pedras aos sons de rios e cachoeiras, ou outros tipos de referências, ou o associar de um carrinho massageador a um carro de brinquedo. Após a sensibilização dos pés com diferentes objetos, um participante manifestou o trecho

¹⁵ Profissionais que respeitam as diretrizes humanizadas, pautadas no entendimento de redução de danos, e se dispõem a criar estratégias de autocuidado em parceria com as pessoas que fazem uso de drogas. Não há pré-requisito de formação acadêmica específica para executar esse trabalho.

“Há que pôr o chão nos pés [...]”, de uma canção composta por Edu Lobo e Chico Buarque, referindo-se à relação presente, atenta e necessária dos pés com o chão. E, de outro modo, é interessante destacar a distinção do tipo de percepção dos objetos dos redutores de danos, que os experimentavam com atenção direcionada, principalmente, à percepção frutificada pelo toque nos objetos.

Pessoas redutoras de danos, que atuavam em serviços públicos direcionados à assistência social, tal como explicado na Nota de Rodapé 15, participaram da oficina. As conversas tecidas antes e após a vivência contribuíram para a aproximação entre pessoas usuárias de drogas e redutoras de danos que viviam e atuavam na mesma região de São Paulo, a central, mas não se conheciam ainda, em alguns casos. Apesar de pessoas redutoras de danos comumente usarem drogas, na oficina, elas representavam o papel profissional ao qual correspondiam e a manutenção dessas designações segue subdivisões que categorizam e focam em um recorte de público participante da oficina. Esse fato enraizou a vertente de propostas dirigidas a profissionais da saúde pública e da assistência social, citadas anteriormente.

Trechos das transcrições dos áudios das conversas de cada encontro estão no texto escrito em 2018 (OLIVEIRA, 2018), a monografia apresentada para a conclusão do curso de bacharelado. Esses registros, autorizados pelos participantes, certificam o desenvolvimento do processo em cada encontro.

O trabalho pretendia avaliar as potencialidades de uma proposta somática como estratégia de redução de danos, sob a justificativa principal de que há insuficiência literária e de estudos dedicados à relação entre corpo, drogas e ambiente no campo epistemológico do uso de psicoativos. Os resultados demonstram o treinamento em dança com abordagem somática como uma estratégia de redução de danos, dentre tantas outras que podem ser adotadas. Porém, esta demanda um engajamento frequente da pessoa, uma continuidade da prática, para assegurar a processualidade indispensável para o desenvolvimento de habilidades sensório-motoras. Essas reflexões estão pautadas nas conversas gravadas, nas imagens fotografadas e filmadas dos participantes¹⁶, além da minha observação, como facilitadora atenta durante o processo. Uma particularidade valoriza os relatos orais: prioriza-se a vivência singular, o que diverge de coleta de dados para “[...] comprovação científica em moldes laboratoriais, com medições através de proprioceptores no momento da sensibilização corporal” (OLIVEIRA, 2018, p. 69). A

¹⁶ Todos os registros foram autorizados por cada pessoa participante dos encontros.

seguir, a descrição das atividades nos 10 encontros com os objetos adotados nas proposições.

No primeiro encontro, estudamos o estado de presença corporal utilizando peteca. No segundo, sensibilização dos pés e percepção de seus apoios, com exploração no contato com papel crepom, esponja, pedras, corda, plástico bolha, fitas, placa de EVA áspera e bolinha de isopor. O terceiro encontro foi direcionado à percepção das articulações e autopercepção dos espaços articulares, com intermediação de bolinha de isopor, papel, lápis e giz de colorir. No quarto, realizamos a sensibilização do contorno corporal, percepção dos apoios e da resistência do tônus do olhar, através de véus. No quinto encontro, cujo conteúdo era qualidades de movimentos - peso e apoio - em relação à arquitetura espacial, foram usados objetos como rolinho de papelão, lápis, canetinha e giz de colorir e cartolina. No sexto, sensibilizamos as mãos e exploramos movimentos na relação da presença das mãos com o apoio do olhar, intermediando a exploração com bola de tênis, mola, carrinho de massagem, massagador de madeira, acessórios de massagador corporal, massagador facial, massagador de madeira para os pés e massagador corporal. Distintas qualidades de apoios na sustentação de peso, com saco com arroz, foram vivenciadas no sétimo encontro. E no oitavo, estudamos oposições nos raios de extensão da coluna e apoio flexível, com elástico e véu. No nono, sensibilizamos o eixo global - o crânio, a caixa torácica e a pelve, ampliando espaços entre as esferas corporais a partir do pisar. Utilizamos bexiga, plástico bolha e tecido. Por fim, no décimo encontro, realizamos a sensibilização dos pés e a exploração de apoios diferentes, com massa de pão.

Muitos participantes lembraram memórias de seu processo autoral, narrando sofrimento pela culpa que sentem pelo uso abusivo de drogas, atuando negativamente na relação com pessoas próximas e queridas, comprometendo vínculos afetivos. Há falas sobre a importância de se discutir sobre o uso de drogas, para que as pessoas possam entender como se dá a relação com o uso e a relação de compensação de frustrações, tristezas e outras emoções sendo extravasadas com o uso de drogas. A memória também é um processo criativo (SIGMAN, 2017, p. 176).

Abaixo, há imagens de alguns dos objetos utilizados nessa abordagem artístico-pedagógica. Alguns dos materiais utilizados não foram fotografados, como por exemplo, argila, massa de pão, bola feita com meias e tapioca. As possibilidades de objetos são

inúmeras e muitos dos registros fotográficos¹⁷ apresentam objetos que passaram a ser adotados em outras intervenções artístico-pedagógicas, o que pode ser verificado no cronograma didático da oficina realizada no **É de Lei**.



Figura 6: Elástico de dez metros de comprimento.



Figura 7: Emaranhado de lã.



Figura 8: Bolas de tênis profissional.



Figura 9: Bola de tênis iniciante.

¹⁷ Créditos das imagens: figuras 6-27 e 29: Marcella de Oliveira. Figuras 28, 30-32: Stefanie Bertholini.

Figura 10: Bola cravo para massagem.



Figura 11: Corda.



Figura 12: Placa texturizada de EVA.



Figura 13: Saco de plástico com grãos de arroz.



Figura 14: Massageadores de madeira e plástico.



Figura 15: Plástico bolha.



Figuras 16 e 17: Mola por duas perspectivas.

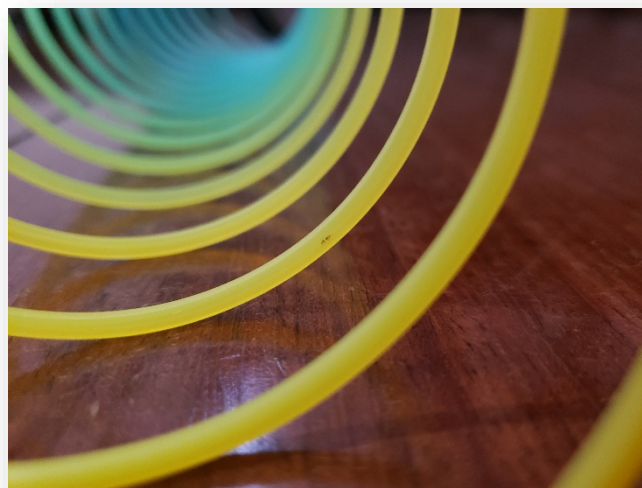
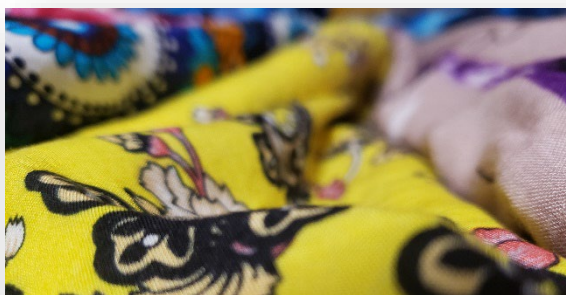


Figura 18: Fitas de cetim.



Figura 19: Leques.



Figuras 20 e 21: Tecidos estampados por duas perspectivas.

Figura 22: Espaguete flutuador.



Figura 23: Papel crepom.



Figura 24: Esponja lisa.



Figura 25: Pisca-pisca.



Figura 26: Giz de cera.

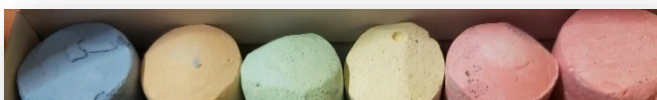


Figura 27: Giz de lousa.



Penas sintéticas por duas perspectivas.

Figura 28: foto à esquerda.

Figura 29: foto abaixo.

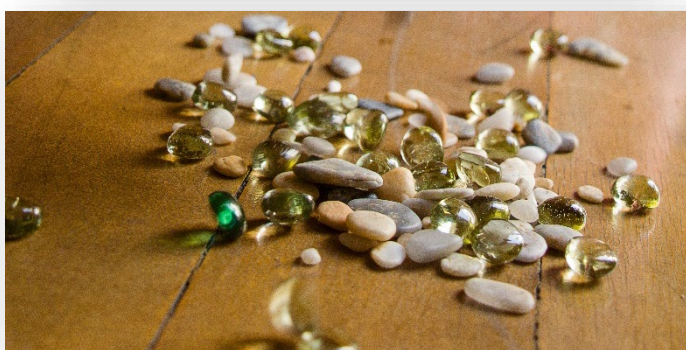


Figura 30: Pedras de vidro e pedras naturais.

Figura 30: Pedras naturais e de vidro.

Foto: Stefanie Betholini

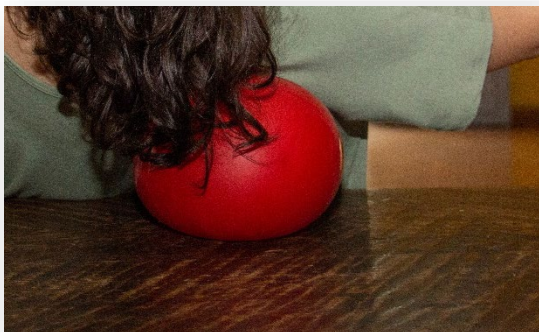


Figura 31: Bexiga.

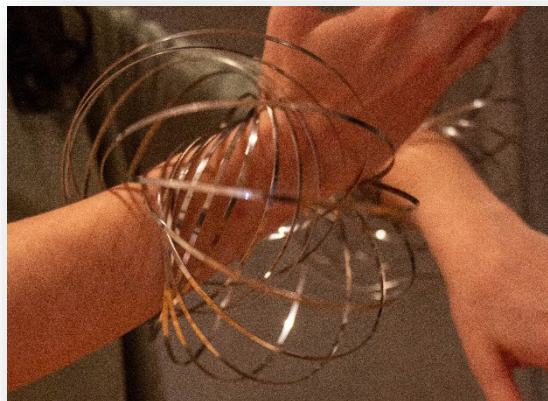


Figura 32: Tórus.

2.2 Relato de experiência

Pessoas em situação de rua e ações de redução de danos em campo com serviço público de saúde mental

O contato com o **Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas - CAPS AD** se iniciou através de uma ligação minha ao serviço, em junho de 2021, solicitando o endereço de e-mail da gerência, para o qual eu gostaria de enviar uma proposta de oficina de danças e abordagem somática como estratégia de redução de danos (SODELLI, 2016), para pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas.

O e-mail foi respondido, para minha alegria, e uma conversa foi agendada com o gerente, F¹⁸. Expliquei a proposta da oficina e acordamos que eu passaria a participar das ações de redução de danos, quinzenalmente, para conhecer as pessoas e os territórios, ir me aproximando delas e planejando atividades possíveis, conciliáveis a tais circunstâncias. Também pude apresentar a proposta às equipes de outros equipamentos da rede da região, em São Paulo, em uma reunião com representantes de algumas delas. Deste modo, poderiam conhecer a proposição e dialogar sobre a consideração de relevância ou não da atividade. O trabalho foi aceito. De acordo com a reunião com o gerente, a sugestão foi a de propor as oficinas nas cenas de uso, para facilitar a participação das pessoas em relação ao, possível, *empecilho* de irem até o CAPS AD em

¹⁸ Os nomes foram substituídos por letras para preservar a privacidade dos envolvidos.

horário e data agendados para o acontecimento das oficinas. F. considerou a oportunidade de eu relatar a experiência que viveria com as oficinas na dissertação de mestrado que estava escrevendo. Logo pude perceber a peculiaridade, a intensidade da experiência e a importância de redigir sobre.

No dia 06 de julho de 2021, fui ao primeiro dia em uma ação em campo do CAPS AD. Um dos agentes redutores de danos, A., me chamou para montar kits com insumos, como piteiras de papelão e seda, com outro redutor de danos, I. Montamos alguns e depois organizamos insumos de higiene, chinelos e lanches, que já estavam preparados, para colocarmos na van do serviço e levarmos a uma cena de uso. Nesse dia, fomos eu, dois agentes redutores de danos, uma médica e o motorista ao território do Parque Novo Mundo, onde havia uma cena de uso que fora dispersada por empresários locais, segundo testemunhas, com um incêndio.

O campo no qual o trabalho ocorreu se compõe de barracos montados sob um viaduto próximo à Rodovia Dutra e, também, em calçadas ao redor de fábricas e empresas na região próxima à e na avenida do Birimbau. A população que constituiu este território foi formada por mulheres cis e trans e homens cis, a maioria preta, e com vínculos afetivos familiares frágeis. Em muitos casos, a família residia em uma comunidade situada no lado oposto do rio que delimitava a cena de uso de psicoativos. Distribuímos insumos, chinelos, lanches, realizamos escuta, orientações e anunciamos a proposta de práticas corporais e dança, que passaria a acontecer em algumas semanas. As pessoas se animaram com a notícia e perguntaram quando aconteceriam. Dissemos que começaríamos em um ou dois meses, mais ou menos. O motivo de espera para introdução das oficinas no território se dava para semear o estabelecimento de maior proximidade entre a população, o espaço e eu. No primeiro dia, nesse contexto geográfico, estávamos fazendo abordagem para a ação de reduzir danos na relação do uso de drogas das pessoas.

Retomando a conversa com F., soube da potência desse território, relacionado a manifestações artísticas, como rodas de samba, e com o anseio de mulheres quererem tocar instrumentos, porque se incomodavam com o papel de dançarinas – e de exposição, constante nas rodas de samba. Tais práticas insurgiram da comunidade, com o incentivo e o apoio das equipes do CAPS AD, e conduziram a escolha deste território para a realização das oficinas de dança de abordagem somática, apesar de existirem outras cenas de uso assistidas pelas equipes de agentes redutores de danos (ARDs). A escolha qualificaria o objetivo de aproximação com as pessoas que estavam ali, um fator que pode

ser importante para a dedicação na participação das atividades.

A proposição das oficinas de práticas corporais era explicada como uma atividade com estratégias para atualizar o estado de atenção, reservar um momento para relaxar e conhecer possibilidades de movimentos mais adequados anatomicamente, a fim de buscar adaptações nas movimentações cotidianas, como a exploração de maneiras menos desconfortáveis de se deitar e se sentar em condições precárias.

A *tentativa* de encontrar palavras que pudessem elucidar o que seria proposto nas oficinas se justifica pelo desconhecimento do que são *danças em abordagem somática*. A noção geral sobre dança, de acordo com minhas vivências ao falar sobre, tanto neste território quanto em outros contextos, é a do entendimento comum de que para dançar, é preciso ter alguma técnica de dança, e a compreensão de técnica, de acordo com Katz (2009, p. 26-32), é a de que “[...] técnica se estrutura com passos codificados [...]”.

Portanto, apresentar a oficina como sendo de dança desperta um tipo de memória, associada aos passos e seus desempenhos, que a afasta de uma abordagem somática. Expõe o avesso da proposta, que não se dedica a aprimorar passos de dança, copiando e repetindo. Katz (2009, p. 26), no texto *Método e técnica: faces complementares do aprendizado em dança*, chama a atenção para o risco de separar corpo de mente: “Esta cisão dual permite que se trate a técnica como um conjunto de saberes prontos, disponíveis para reprodução por imitação” (*Ibidem*, p. 27). Contrária ao pensamento dicotômico, a compreensão de corpo que orientou a prática artístico-pedagógica realizada, adota as lentes da Teoria Corpomídia (KATZ e GREINER, 2005; 2015). Corpo é sinônimo de pessoa, é corposujeito ou sujeitocorpo, tudo junto, constituído pela negociação das informações em fluxo no ambiente e no corpo.

Por conta dos entendimentos sobre dança que se popularizaram, evito utilizar esta palavra com pessoas leigas sobre a temática, substituindo-a, a partir de janeiro de 2022, por *corpo em movimento*, acompanhada da explicação de que é uma atividade corporal, que é para dançar percebendo o corpo, confortavelmente. Desta maneira, fiz, no dia 14 de setembro de 2021, a primeira oficina neste território. Há que sublinhar a importância da equipe de agentes redutores de danos na colaboração de todo o processo de divulgação das oficinas e busca ativa para que as dinâmicas tivessem quórum. Sobre o período de oferecimento das oficinas, pude perceber que a frequência quinzenal da ida ao Parque Novo Mundo e, às vezes, com maior espaço de tempo devido a outras demandas que surgiam, prejudicava a assiduidade e o interesse em participação nas oficinas. Além do

tempo cronológico, há a especificidade do *tempo da rua*.

O *tempo da rua* possui uma característica de **viscosidade**, que se aparenta estável e lenta, entretanto, abruptamente, pode escoar. Parece grudar, mas desliza. Na rua Benedita Dornellas Claro, as pessoas transitam frequentemente para espaços outros, ultrapassando a circunscrição da rua, exatamente onde as oficinas eram propostas. No tempo da rua, há uma porosidade que define o possível atravessamento de informações, tanto *vetorizadas* do espaço para o corpo como no sentido oposto, em nível mais propício para imprevisibilidades. Aquela complexidade territorial resiste às regras normatizadas de respeito ao tempo segregado e ao *plano* da lógica capitalista. Para estabelecer um diálogo, há necessidade de estimular um estado de atenção intencional em si mesmo/a e na pessoa com quem se conversa, sem desatenção em relação ao espaço. É uma qualidade do estado de presença, explorada nas oficinas e que é proposta pela Técnica Klauss Vianna (NEVES, 2010). Caso não haja intenção ativa na presença dirigida à pessoa com quem se estabelece uma comunicação oral direta, ocorre dispersão, por conta de tantos estímulos ali presentes - há que se considerar as convivências estabelecidas e regadas ali, que determinam um tipo de comunidade.

Evidentemente, a qualidade intencional da presença é requerida em qualquer relação interpessoal, todavia, em cenas de uso de drogas carecem de um olhar outro – que não sei nomear ainda - na escuta ativa, por parte da pessoa profissional que está produzindo cuidado, em conjunto à pessoa que usa psicoativos e está em situação de rua. Sincronicamente, é imprescindível a atenção ao espaço para acompanhar as atualizações de acontecimentos. Ali, a percepção de tempo¹⁹ de uma ação, seja dialógica ou de caminhada pela rua, é **intensa**, mesmo que embolada a uma estranheza. Considerando-a, a proposição e a execução de uma dinâmica podem durar cronologicamente um tempo curto ou longo, aquém ou além do que poderia ser suficiente para a vivência somática, em contraponto às condições daquele ambiente, que conduz o ritmo das propostas de forma assimétrica.

Sigman (2017, p. 50) explica que a deliberação se associa aos estados do cérebro e de fatores ambientais que interferem em sua percepção de tempo. Sobre o contexto e a percepção de tempo, ocorre a distensão, havendo espaços de pausas e contemplações, no dia a dia das pessoas que estão lá, como relatou um dos participantes da oficina do dia 28

¹⁹ Vale considerar minha percepção temporal estranha, após estar oito meses em isolamento social, e que as ações aconteceram durante o período de crise sanitária, portanto, muitas das minhas atividades ainda ocorriam de forma online.

de setembro de 2021. Ele compartilhou suas observações e escuta diárias do canto dos pássaros que ficam na copa de uma árvore na rua. Também falou sobre a constatação do contraste entre a cor dos pássaros, o verde das folhas e o azul do céu com o branco das nuvens. Se não se vê potência nesta atitude, estaria perdida toda a sensibilidade que pode ser uma estratégia de sobrevivência, diante das desigualdades sociais, da falta de recursos monetários para garantia de nutrição (vida) e das impossibilidades para respirAR?

Utilizávamos uma lona para delimitar o espaço no qual realizaríamos a oficina. A relação com a espacialidade coexiste na intenção, no direcionamento e no fazer da movimentação. O corpo é/está para/no espaço. A qualidade da atenção a si mesmo, ao espaço e às outras pessoas existentes nele compõe o tópico corporal do estado de presença na Técnica Klauss Vianna (TKV) – metodologia central do processo artístico-pedagógico das oficinas. *Espaço* inclui todos os elementos que o criam. Precisa-se relembrar aqui o embasamento na Teoria Corpomídia, que pressupõe a relação de apoio entre corpo e ambiente como integrantes um do outro, constituindo-se mutuamente, com trocas incessantes de informações. A TKV embasa seu entendimento de **corpo** no conceito de corpomídia, que fomenta as discussões tangentes ao corpo em movimento no espaço.

A relação com o espaço onde se dança é parte fundamental da TKV, pois sua influência afeta as escolhas do movimento. A atenção ao entorno é sempre parte do trabalho investigativo, uma vez que este estimula diversas maneiras de habitá-lo, em diálogo com suas potencialidades (LASZLO, 2018, p. 109).

As considerações notadas, relacionadas ao uso de drogas (álcool, principalmente), e estar submetido aos efeitos delas durante as oficinas, resultam em momentos de confusão no entendimento das instruções orais. As práticas somáticas são facilitadas por orientações verbais, por isso, o exercício de seu refinamento terminológico é contínuo. Em contextos nos quais há pouca escolaridade, é indispensável elucidar o que é sugerido com palavras mais populares. E também há probabilidade de que as confusões na compreensão também estejam ligadas aos efeitos do álcool no corpo, que atua no sistema nervoso central.

Tal constatação não revela um problema pedagógico, mas sim uma característica do processo didático, que depende das singularidades territoriais e dos estados corporais, especificidades para as quais se deve atentar. O efeito do álcool produz, dependendo da quantidade alcoólica no organismo, uma amplitude na dimensão criativa das pessoas participantes, de maneira que possibilita explorar percursos, talvez, não perceptíveis sem

o efeito do álcool, porque esta substância altera a percepção e os processos cognitivos, de modo geral.

Abaixo, há descrições, extraídas do diário de campo escrito a cada ida às ações de redução de danos, quinzenalmente, com ênfase nos dias em que as oficinas aconteceram.

Dia 14 de setembro de 2021

Voltar lá um mês após a última visita foi bem diferente. Algumas pessoas já não estavam lá, e muitas estavam bastante agitadas naquele dia. Parece que havia conflitos entre eles, e muitos não estavam disponíveis nem mesmo para breves diálogos com a equipe. Talvez essa estranheza tenha se agudizado pelo longo intervalo de tempo entre uma visita e outra, maior ainda do que o intervalo habitual, de quinze dias.

Levamos lanches ao Parque Novo Mundo. Estávamos eu, dois agentes redutores de danos e dois *usuários* do serviço. Convidamos as pessoas para participarem da atividade de expressão corporal, massagem e dança. D. e V. foram participar. Havia três meninos da comunidade da região, que passavam fazendo comentários provocativos às duas participantes, principalmente a uma delas, negra. Apesar de conversarmos com os meninos e convidá-los para participarem da oficina – pareciam estar interessados - eles continuaram do mesmo modo por mais um tempo. Isto estressava e inibia D., já V. chegou quando eles já estavam lá. Estava sob efeito de álcool e chorava, momentos antes de passar a participar da ação. Imaginei que ela não participaria, mas, algum tempo depois do início da primeira dinâmica, ela passou a participar e continuou até o término da oficina.

D. sugeriu que ouvíssemos Racionais, enquanto espreguiçávamos. Após um tempo nesta proposta, quando entreguei uma bolinha de isopor, perguntou se a atividade não seria de dança. Antes disso, havíamos espreguiçado com balanço, movimentos de dobrar e sacudir. Posicionamo-nos do outro lado da rua, o que nos destacava como uma espécie de atuentes num palco. Por um lado, isso soou como uma atividade paralela e à deriva do local, estrangeira, além de gerar determinada exposição, no que se refere às pessoas participantes em relação às que estavam na calçada paralela, em frente, como espectadoras. Por outro lado, este recorte espacial, no qual acontecia uma prática corporal para aguçamento sensorial e percepção dos movimentos, portanto, acontecia uma prática artístico-pedagógica, gerava uma transitoriedade para uma prática cênica, por se estar em um “palco”. Um fenômeno provocativo, tanto para contaminar o ambiente quanto para

ser contaminado por ele.

Fizemos a automassagem no pé com a bolinha de isopor. O pessoal do CAPS AD, profissionais e assistidos, gostaram bastante, exceto T. (usuário do serviço), que demonstrou resistência antes de fazer. Já D., fez e enunciou a percepção de diferença entre um pé e outro, sentindo o pé massageado mais leve, mas antes de terminarmos o segundo, saiu da atividade. Disse que iria terminar de fazer algo e depois voltaria, porém não voltou. Percebi que D. achou a atividade lenta, ainda que o andamento das instruções tenha sido acelerado, por conta desta percepção. A dinâmica continuou sendo oferecida porque as outras pessoas participantes estavam interessadas e atentas às percepções. Relataram sensação de bem-estar e alívio em pontos de tensões dos pés. V. chegou pouco depois do início, mas fez automassagem com a bolinha nos dois pés. Ela estava bastante agitada e, por um instante, se afastou da lona - que estava sob nossos pés para delimitar o espaço utilizado para a oficina. Apesar deste estado corporal agitado, ela trocava o pé que era massageado constantemente, dizia que estava muito bom e que passaria a fazer a massagem em outros dias também. Ela fez as outras atividades e relatou estar sendo muito importante para ela, porque a fazia se sentir bem.

Iniciamos uma dinâmica com o objetivo de trabalhar memória com atenção qualificada, na qual diríamos o nome da pessoa para quem nos dirigíamos e de quem ocuparíamos o lugar no círculo. A proposta deste jogo é que ocorra um ritmo contínuo de trocas de lugares, o que exige atenção direcionada das pessoas participantes. Percebi que o contexto espacial, com muitas informações excitativas, e estados corporais sob uso de psicoativos, talvez sejam fatores que modificam – mas não inviabilizam - a qualidade da presença com foco neste tipo de jogo, com uma determinada especificidade.

Por fim, realizamos uma proposta para explorar diferentes modos de apoiar os pés, permitindo reverberação em movimentos em outras regiões do corpo, a partir das percepções da qualidade de apoios dos pés. A instrução também orientava a troca de lugar com outros participantes que formavam um círculo sobre a lona. V. apresentou confusão na compreensão da dinâmica, sendo dois os possíveis pontos a serem grifados: o efeito do álcool, que pode prejudicar as funções cognitivas, e também o motivo exposto anteriormente, relacionado à falta de referência sobre a instrução apresentada, desacompanhada de um modelo do modo como poderia ser feita. Ela achou que trocaríamos de lugar apenas uma ou poucas vezes, inicialmente, porém, logo entendeu que as trocas de lugares seriam constantes. Fizemos por mais algum tempo. Palavras e falas surgiam o tempo todo, tanto no espaço, na rua, onde estávamos, quanto por quem

fazia a atividade. Espreguiçamos mais um pouco, buscando perceber as necessidades corporais, até chegarmos a uma pausa. Convidei todos para dizerem uma palavra sobre a vivência. Senti falta de algum outro tipo de finalização, porque as pessoas estavam com uma qualidade de atenção intencional naquele momento, em prontidão, esperando o próximo passo. Por isso, passei a incluir, após algumas semanas, uma finalização com uma palma de todas as pessoas participantes nas oficinas, sincronicamente. V. disse que não costumava fazer alguma atividade para si e achou muito importante dedicar este tempo a ela mesma. Pediu para fazermos mais vezes.



Figura 33: Fotografia durante a oficina do dia 14 de setembro, no momento de realização da automassagem com a bolinha de isopor.

28 de setembro de 2021

Dois agentes redutores de danos e eu compomos a ação. Houve a tentativa de convidar as pessoas que estavam em processo de cuidado no CAPS AD para participarem da ação e da oficina, mas não foi possível, naquele momento. Essas pessoas participaram no dia da oficina para a Pré-conferência Municipal de Saúde Mental, dia 09 de novembro de 2021.

Lá, no Parque Novo Mundo, encontrei G., com quem estabeleci um vínculo mais intenso. Ela fazia crochê enquanto conversava comigo. M. e J. também estavam por ali. J. estava sob efeito de crack, conforme relatou.

Ocorriam alguns conflitos entre a população local. Apesar disso, tentamos convidar as pessoas para participarem da atividade. Comecei a dizer que era uma atividade de corpo em movimento, artes do corpo ou relaxamento para os braços. A proposta principal, previamente elaborada, seria dedicada aos estudos de ações corporais em relação ao espaço, porém, o dia muito ensolarado requeria dinâmicas que diminuíssem a resistência do tônus muscular, a fim de retardar o fluxo de circulação sanguínea, possibilitando a percepção de frescor, ou seja, de atenuação da temperatura corporal. A., redutor de danos, conseguiu trazer uma pessoa, S., que participou de todas as propostas oferecidas. S. contou que estava sob efeito de álcool. Ao espreguiçar, sugeri que fizessem o que era confortável, e ele se deitou sobre a lona, com as costas no chão. Isso foi ótimo! De fato, esta é a única posição em que podemos relaxar sem sobrecarregar as articulações. Após espreguiçar, S. compartilhou que ouvia seus ossos, suas articulações – *escuta do*

corpo – e que sentia a integração do corpo, da alma e do espaço. Disse que nós somos o/um corpo e que todos esses aspectos são o corpo. A escuta corporal de S. estava aguçada, facilitando sua participação com disponibilidade. Inclusive, a noção de que somos o corpo, despertou-me bastante atenção. Apesar de manter a perspectiva popular, que trata o corpo como um recipiente no qual se despejam informações e experiências, por nomear a integralidade do corpo incluindo a ‘alma’, S. compreendia que era um corpo, ou seja, compreendia o corpo como sinônimo de pessoa. Havia, portanto, uma confusão epistemológica, porque, S. encontrava sentido na informação de que pessoa é sinônimo de corpo (KATZ e GREINER, 2005), mas se referiu à alma como ‘fenômeno imaterial’, que transcende o corpo. Na tentativa de destacar a importância de tratar o corpo como sinônimo de pessoa, enfatizei a sua fala e todos os aspectos que o levavam a esse entendimento de corpo, ressaltando sempre que, sim, somos corpos.

Relatou que seu braço direito pesava muito. Fizemos uma lição do Método Feldenkrais (FELDENKRAIS, 1977) para integração das articulações do braço. Percebi sua resistência ao fazer o lado direito. S. começou pelo braço esquerdo e, na vez do braço direito, se dispersava, interagindo com seus cachorros que apareceram por lá, cerca de quatro. Sr. H. – motorista da perua – e I., agente redutor de danos, participaram da oficina também. Sr. H. fez comentários sobre observações de S. e do espaço. Depois, atingiu um estado de atenção mais direcionado às atividades e diminuiu as interrupções com falas dispersivas. Ao recrutar tecidos musculares do braço direito, S. se lembrou de um acidente que sofreu. No momento em que moveu o dedo indicador direito, disse que havia sido ali o ferimento, e logo detalhou sua lembrança dos fatores injustos e violentos que ocasionaram o acidente. O peso que ele sente no braço e a limitação de movimento nesse braço poderia ser devido àquela memória *enozada* ali. A resistência em movê-la se justifica pela dor que causa.

Outro momento interessante foi ver o sr. H. apreciando e *curtindo* movimentar seu braço, de forma leve, leve. Sua fisionomia mudou. Seus olhos brilhavam, no encontro com os movimentos suaves de sua mão e de seu braço esquerdo. Ao fundo, como cenário, havia uma árvore, cujas folhas balançavam com a brisa. E, mais ao fundo ainda, havia o céu azul, com algumas nuvens. S. disse que passou um dia inteiro sentado olhando para árvores e ouvindo pássaros. A árvore fica em frente ao local onde estávamos, dentro de uma fábrica. (Desta vez, estava sol, por isso nos posicionamos, com a lona, na calçada em que a maioria das pessoas fica e no início da rua, em relação à Av. Birimbau). A vida precarizada não é boa nem bonita, mas há algo a ser observado no sentido da

desobediência à *ordem*, nos padrões tradicionais e conservadores.

Passamos a *cartografar* a lona com linhas de lã. Pisávamos sobre as linhas e S. *entre* elas, deitado no chão. Mais uma pista da potência de desobediência às regras propostas (impostas?).

S., ao final da oficina, no momento de compartilhar como cada participante se sentia, diz que se sentia um Mastodonte – mamute pré-histórico -, que descreveu como sendo um dinossauro que tinha um grande bico e voava. Perguntei o porquê se sentia assim e ele disse que *queria* voar. A relação que pude estabelecer com o seu desejo de voar foi com relação à proposta feita, voltada aos braços, e também ao momento no qual falamos sobre os pássaros.

Ele disse que o mapa de linhas, dos caminhos que fizemos, era o hemisfério, ainda que quadrado. *C r i a t i v i d a d e* poderia ter sido o nome desse encontro de ludicidade, a partir das percepções do corpo e do espaço. Utilizamos a música **Acordado**, de Lenine, no momento da exploração final de movimentos.

28 de outubro de 2021

Ação pré-tenda no Parque Novo Mundo.

Presentes: eu, o assistente social (L.) e a residente terapeuta ocupacional (P.).

A ação foi organizada na reunião ampliada, com representantes de diversos serviços de saúde da zona norte de São Paulo, no final de setembro, na unidade do CAPS AD, em torno das 14h. Ao chegarmos, acontecia uma peça teatral de um palhaço, convidado pela equipe do Consultório na Rua, que fazia uma ação para testagem de infecções, conscientização de tipos de câncer feminino e masculino, e agendamento de

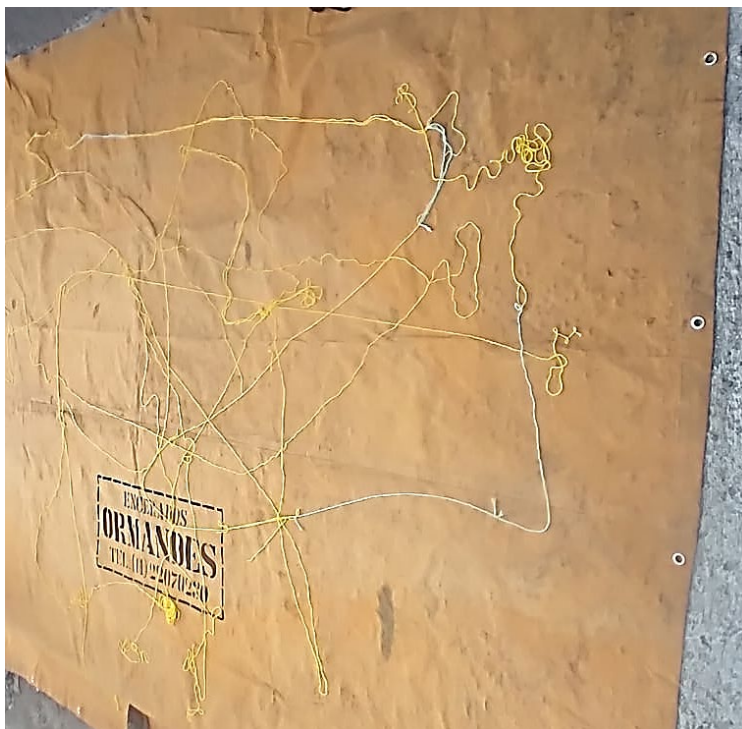


Figura 34: Fotografia durante a oficina do dia 28 de setembro, no momento de exploração de cartografias com lã.

exames. Após o encerramento da peça, a equipe de dois outros serviços da rede ficou conosco.

Havíamos decidido iniciar com as ações de cuidado, sob a ótica da redução de danos, e só depois, entregar lanches, mas resolvemos entregá-los antes porque J., uma mulher que está em situação de rua naquele território, dizia estar com muita fome. Ela não estava bem, tossia muito, segundo ela, por conta de excessivo inchaço no pescoço. Ela disse que já havia feito 9 biópsias. Eu e P. estávamos com ela, enquanto pedia papel para limpar o rosto. O assistente do palhaço lhe deu lenços umedecidos. Ela começou a passar pelo rosto sentindo o toque. A terapeuta ocupacional, P., aproveitou a oportunidade, orientando que sentisse o toque e o cheiro – ela disse que tinha esta sensorialidade prejudicada. Ela fechou os olhos durante a sensibilização. Foi um momento *acolhedor*.

Passamos a fazer o primeiro contato – abordagem - direto e oral, naquele dia, com as pessoas que estavam na calçada, do outro lado da rua, em relação ao lugar onde estávamos. Conversei com algumas pessoas, dentre elas, J. (com quem já havia falado outro dia), N. (que estava tocando uma gaita) e com R., com quem conversei por mais tempo.

R. chegou. Seus instrumentos estavam lá e iniciou a roda de samba, que faz muito sentido para as pessoas que estão naquele território, como escrito acima, o motivo principal da escolha da rua Benedita Dornellas Claro para a proposição das oficinas. Participaram J., L., V., R., um senhor que usava muletas, cujo nome não sei, um menino que estava observando da janela da fábrica em frente, profissionais dos serviços e eu. Fizemos a roda de samba por um período, de aproximadamente uma hora.

Houve uma dispersão e achei que não seria mais possível realizar a oficina, porque muitas pessoas estavam *indo para o corre* da reciclagem. Ainda assim, começamos a propor a oficina, após o término da roda de samba. G. me chamou nesse momento. Ela me mostrou seu *barraco*, como chamou, que tinha uma bancada com um espelho e muita maquiagem. Chamei-a para participar da oficina e ela concordou em ir.

Estávamos ela, J., eu, L. e P.. Iniciamos espreguiçando, com uma música do Barbatuques. G. estava agitada e dizia ora que aquela música era muito lenta, ora que era muito rápida. Instruí a se atentarem aos movimentos das articulações, movendo-as, e G. disse não saber o que eram. Expliquei que são as regiões que juntam um osso a outro e que dobram. E orientei a passarmos a mover todo o corpo, o máximo possível - *movimentação*

total - e alternar com movimentos isolando uma região articular - *movimento parcial*, de acordo com a metodologia da Técnica Klauss Vianna. J. estava fazendo as dinâmicas, ao mesmo tempo que perguntava o que era para fazer e contava o que estava fazendo, como se movia. Indiquei que percebessem e observassem o que outras pessoas faziam, para pegar movimentos emprestados. P., de forma simpática, disse que o corpo também fala e não precisávamos falar naquele momento. Após essa proposição, J. passou a falar em determinados momentos, mais atenta às explorações de movimentos. G. disse que queria dançar do seu jeito. Falei que podia, mas ela disse que era difícil pensar que ela tinha de mexer *o que precisava*, de acordo com a proposta de mover as articulações. P. rebateu: “É muito livre, né?”. G. disse que a proposta estava deixando-a presa. Interessante pensar na liberdade a deixando presa. A intervenção de P. elucida o comentário de G., que se referiu ao *desconforto em escolher* as articulações e o modo como movê-las. Não havia nenhum direcionamento sobre qualquer articulação específica a ser movimentada. G. pediu, então, que eu colocasse *Dance* e músicas dos anos 1980, *Disco Music*. Coloquei Michael Jackson, e ela disse que dançaria do jeito dela, se eu a acompanhasse, foi o que propôs. Assim fizemos. Após uma música, mudamos a dinâmica. Faríamos uma proposta para exploração de ações corporais, que fizemos depois, porque falas estavam muito recorrentes. Propus, para refinar o estado de presença, o jogo do círculo de nomes. Cada pessoa deveria atravessar o círculo falando seu próprio nome. Disse que faríamos uma apresentação. Após algumas rodadas, G. e J. começaram a dizer o nome das pessoas para onde estavam indo, espontaneamente. Continuamos fazendo desse modo, por ter sido algo surgido durante o jogo, aliás, algo que seria mesmo a próxima etapa daquela atividade.

G. brigou com J. algumas vezes, porque J. derrubava a garrafinha com álcool, que ambas estavam compartilhando naquele momento. J. ficou incomodada com a impaciência de G., e saiu da oficina. G. estava agitada, por isso as propostas precisavam ser breves, e em ritmo acelerado. G. também se mostrou empolgada com as dinâmicas, dizendo que gostava de jogos, sentindo-se instigada com as atividades. Após ter contato com esta informação, orientei que passássemos a girar o círculo com 8, 4, 2, 1 e 1 passos para a direita e depois para a esquerda. Após algumas vezes, passamos a atravessar o círculo e a entrar na contagem dos passos, da roda. G. dizia que L. e P. estavam errando, porque tínhamos de atravessar o círculo mudando de lugar na contagem do número 4 – “pelo menos era o que ela tinha entendido”, como disse. Perguntamos como seria quando fossem 2 ou 1 passos, que não passavam pela contagem do número 4. G. não encontrou

respostas, portanto combinamos que poderíamos mudar de lugar na contagem do número 1 ou do 2. Nesses números, todos passaram a trocar de lugar, e assim seguimos, com essa adaptação de regras em relação ao que havia sido proposto inicialmente. Em um determinado momento, quando passamos a deslocar no círculo para um sentido – direita – ou outro - esquerda, G. perguntou qual era o objetivo do jogo. Expliquei que estávamos trabalhando o estado de atenção, para percebermos melhor como nos sentíamos e como reconhecíamos o espaço. Ela disse que já precisava ficar muito atenta todos os dias, pela situação em que estava, e isso a deixava tensa. Relatou precisar ficar atenta o tempo todo, para ver quem estava por perto e o que estava acontecendo na rua, ao seu redor. Eu disse que explorávamos a presença em outro sentido, para perceber a si mesma, o espaço... e ela interrompeu dizendo que havia entendido que era para atenção a si mesma.

G. disse que estava toda dolorida e iria precisar de uma massagem. Após esta afirmativa e a dispersão do jogo anterior, com o breve diálogo, entreguei uma folha sulfite para cada um – que seria usada em uma atividade com desenhos – e fizemos uma efêmera sensibilização tátil com a folha, deslizando a folha sulfite na pele. Ela disse que já havia tomado banho. Isso me alertou para algo que já havia pensado sobre a ação de passar o papel na pele, que poderia remeter à imagem e à associação do sabonete passando pela pele, correlacionado à higienização, o que é bastante delicado e problemático.

Caso eu tivesse planejado a estratégia de sensibilização nesse dia de oficina, poderia ter sugerido outro material para a sensibilização. Em relação ao tipo de toque da folha deslizando, apesar de se assemelhar ao ato de ensaboar, possuía uma especificidade interessante, naquele momento. Deslizar a folha utilizando as mãos como condutoras, permitia a percepção do calor das mãos, transposto na folha, oferecendo um acolhimento suave, que propiciaria à sensação de relaxamento. G., assim como em outros momentos, perguntou para que servia o que estávamos fazendo. Disse que era para acordar a pele e para percebermos melhor nossas necessidades. Percebi a relevância de manter o momento de sensibilização na prática metodológica. Há necessidade do contato afetivo que se estabelece com o objeto usado para a sensibilização. No caso da folha de papel, há a sensação do calor da mão, que facilita o toque do objeto. É *acolhedor*. Mais tempo favoreceria os benefícios da proposta, todavia, poderia gerar ansiedade, considerando o estado de agitação das pessoas que participavam. Olhamos as dobras da folha amassada após a vivência. Fizemos uma bolinha com a folha e a passamos nos ombros e pescoço. G. disse que estava dura e concordei. De fato, não era agradável as pontas formadas na bola. L. e P. acharam confortável.

Passamos a explorar ações corporais (RENGEL, 2003): andar, correr, sacudir, balançar, girar e saltar. Essa proposta era relevante naquele contexto de ação no território, para explorar a espacialidade e a temporalidade local. Estas ações, mais ágeis, foram as que escolhi, naquele momento. Interessante destacar que flutuar e outras ações corporais mais lentas e leves, em relação à qualidade do peso, não emergiram em minha memória, possivelmente pelo fato do tempo acelerado requerido para cada procedimento, por conta do estado corporal das pessoas que faziam a oficina e do contexto espacial onde estávamos.

Realizamos algumas explorações em deslocamento. Após um tempo curto na dinâmica, G. disse que perdeu a paciência e ia fumar um pouco para ver se ficava mais calma. Passamos a explorar essas ações, incluindo a bolinha. L. e P. entenderam que era para explorar as ações, gerando movimentos da bolinha, ou seja, promover as ações na bolinha: correr, saltar etc. Deixei que explorassem sob esse entendimento, o que fazia a proposta ficar mais difícil, como P. mesmo comentou. Escolhi não explicar imediatamente a instrução, porque realizar as explorações a partir do que foi compreendido contribuía com o protagonismo e a autonomia das pessoas nos percursos artístico-pedagógicos. Pedi para que deixassem se contaminar até mover o corpo a partir das ações sugeridas. G. voltou quando terminamos esta exploração. Convidei-a para batermos uma palma, junto comigo, com P. e L., ao mesmo tempo, para finalizarmos a oficina.

09 de novembro de 2021

Dia de oficina para levantamento de pautas a serem levadas para a Pré-conferência Municipal de Saúde Mental.

Após a discussão sobre as principais e mais urgentes demandas da população local, L. deu a deixa para iniciarmos a oficina corporal. Convidei as pessoas a espreguiçarem e caminharem um pouco, percebendo como estavam, como observavam o espaço e as outras pessoas presentes lá. Depois, pedi que chegassem a uma pausa, sentados, em pé ou deitados. A maioria escolheu ficar em pé, pelas condições físicas do espaço, mas uma pessoa se deitou, sobre a lona, que cobria e delimitava um pedaço do chão da rua. Sugeri que percebessem as articulações, dedicando atenção a elas. Com essa instrução, passaram a movê-las, e então, passei a dizer cada uma nominalmente, demonstrando a localização de cada uma delas – indicando como uma forma de inclusão

para as pessoas que desconheciam tais informações, não como referência de movimento. Nomeando cada articulação, pude conduzir um tempo, ainda que breve, para mover cada uma das articulações, sem que passassem a mover todas ao mesmo tempo, desatentamente. Apresentei a proposta de uma sensibilização imaginária articular, com uma bolinha de luz (Técnica Klauss Vianna), os recursos da imaginação que possibilitam a sensibilização, porque regiões do cérebro são ativadas durante o processo. Sigman (2017, p. 113) exemplifica o que sucede quando uma pessoa se imagina jogando tênis ou caminhando. Diz que, naquela ação, ocorre o acionamento da região motora suplementar, relacionada à movimentação muscular. No segundo caso, ativa-se uma rede cerebral que implica a ação do córtex parietal e do para-hipocampo. A imaginação é materialidade do corpo, tal como os micro e *macromovimentos*.

Neste momento, D., que já havia participado da oficina outro dia, passou por trás de mim para pegar algo e falou: “Nem vem você, com essas bolinhas, pra mim!”. Passei a repensar o sentido de estar ali, que já me preocupava antes, pois se tratava de uma proposta minha, e não de uma demanda deles, apesar de reconhecer a importância dos benefícios da proposta para as pessoas. Além disso, como já dito, danças com abordagem somática não fazem parte da vida da maior parte das pessoas envolvidas nas atividades propostas, então, elas realmente não poderiam saber se gostavam, já que não conheciam.

Após a proposta, instruí que constatassem como se sentiam e, aos poucos, solicitei que ficassem em pé e formassem um círculo. Havia dito ao moço, H. – que estava em acolhimento no CAPS AD – no momento da atividade de imaginação, que poderia dormir, porque ele disse estar com sono, sob efeito de medicamentos. Sigman (2017, p. 120-123) explica a continuidade da significação das palavras durante o sono, todavia, com inibição dos neurônios motores e oscilação do tipo da atividade cerebral. Mesmo dormindo, as informações produzidas pela voz do emissor se efetivam em ondas sonoras, que contatam o interlocutor. No sono, a memória se consolida. Ele dormiu. Como estávamos fazendo um círculo, ele ficaria no meio. Acordei-o para evitar constrangimento, mas ele se assustou com a movimentação e saiu da oficina.

Qualquer que seja o contexto, as pessoas podem sair da atividade quando quiserem ou precisarem, porém, as oficinas na rua Benedita Dornelas desenhavam um limiar tênue entre participar ou a sair. A dinâmica territorial em fluxo intenso daquele local pode ser um fator relevante de interferência. Ao final da oficina, conversei com H. para explicar o motivo pelo qual o acordei. Sugeri ao grupo que fizéssemos percussão no corpo, para reativarmos a circulação sanguínea que ficou mais tranquila após a automassagem

imaginária. Por fim, batemos uma palma, todas as pessoas juntas. Ninguém quis compartilhar nada sobre a atividade. O curto período de oferecimento da atividade corporal – aproximadamente vinte minutos, pode ter sido insuficiente para despertar percepções e reconhecimentos instigantes, a ponto de partilhas serem realizadas. Estávamos lá há bastante tempo, por isso fiquei com receio de se cansarem rápido, de dispersarem e, então, propus algo mais breve, objetivando propiciar relaxamento e bem-estar.

Reflexões que escorrem

Os acontecimentos observados foram sucintamente expostos acima, como um registro que pretende possibilitar futuras investigações, objetivando a evolução do processo didático das oficinas. Dentre os compêndios curtos e estendidos sobre as oficinas realizadas, o recorte social presente em cada serviço ou proposta se desenha em nuances que precisam ser olhadas com uma lupa. Ainda que os serviços públicos sejam frequentados por pessoas em intensas situações de vulnerabilidade, a população majoritária preta está nas atividades desenvolvidas em campo, ou seja, na rua. Nas unidades de equipamentos para pessoas idosas em que atuei, a maior parte do grupo era composto por pessoas brancas, enquanto nos outros serviços havia equilíbrio na quantidade de pessoas pretas e brancas. Já no curso de extensão universitária destinado a profissionais da saúde, a predominância de pessoas brancas, todas de classe média. Foram discutidas reflexões acerca da temática das desigualdades sociais e suas implicações na comunicação entre a população e a política nacional sobre drogas.

Alguns dos fatos registrados são interessantes para o desdobramento de reflexões visando futuras ações. Um deles está relacionado ao uso de drogas, álcool principalmente, que produzem momentos de confusão no entendimento das instruções orais. Como as práticas somáticas são conduzidas por orientações verbais, é preciso atentar sempre para esse aspecto.

Outro fato são as saídas durante as atividades. Evidentemente, poderia ser por não ter gostado. Todavia, parece se dar pela resistência à autopercepção, a propostas de toque, ainda que seja com um objeto, pois podem trazer incômodos, dores, despertar memórias, prazer, conforto, sensação de bem-estar, entre tantas outras percepções. As experiências são singulares, identificadas conforme o estado corporal do momento, das vivências que constituem e constituíram a pessoa, e do espaço onde e com quem se está. Mesmo que confortáveis, as percepções, quaisquer que sejam, podem ser fatores de inibição. Podem fazer com que a pessoa se sinta vulnerável, por estar sentindo prazer ou angústia em determinada proposta de sensibilização, por exemplo, como pode também levá-la a uma relação afetuosa ou de repulsa com a vivência, de se sentir acolhida ou incomodada com o objeto.

No trabalho realizado no Centro de Acolhida, o público de homens cisgênero, a relação afetiva com mulheres, em um sentido maternal, principalmente, fazia-se constante nas partilhas verbais. As lembranças afetivas, bem como as de ausência de afeto,

emergiam após vivências de sensibilização com objetos. Excitação sexual – como sensação emergente – também é comum, por conta do aguçamento sensorial tátil promovido pelo toque dos objetos e pela percepção de movimentos. Não costumo facilitar atividades de toque em duplas, caso não haja interesse do grupo e familiaridade entre as pessoas que compõem a coletividade. Sentir-se reprimido diante de percepções, como as mencionadas, pode ser justificado pelas normas comportamentais impostas *moralmente* (RIOS e OLIVEIRA, 2021, p. 13), que coíbem expressar as percepções e as necessidades corporais – como bocejar e espreguiçar, que são ações associadas à *falta de educação*. Moral (NEGRI apud RIOS e OLIVEIRA, 2021) é entendida como um conjunto de padrões regulatórios para a vida, enquanto ética se refere ao modo como cada pessoa se constitui como sujeito moral.

Na oficina realizada no Centro de Acolhida (2019), um aluno, de aproximadamente 65 anos, disse que se lembrava todos os dias das oficinas, ao se deitar e ao acordar, porque havia passado a espreguiçar e a perceber a importância de espreguiçar para si. Ele participou de três encontros e fez o relato em sua última presença, quando contou que voltaria a morar na Bahia e, por isso, não estaria nas próximas atividades. É interessante pensar no ato de espreguiçar como um recurso que passa a ser adotado no cotidiano dele, como uma estratégia autônoma, tendo vivenciado apenas três dias de oficina. Esta constatação mostra que as intervenções pontuais contaminam os corpos e o ambiente nos quais encostam/atuam, porém, com características distintas em comparação às oficinas propostas em continuidade. Mesmo sendo uma ação pontual, podem instigar as pessoas a reconhecer percepções, estados corporais e a valorizar as suas possibilidades. As informações *corpam* (KATZ, 2021).

Quando as danças com abordagem somática sensibilizam as pessoas como *prática de afeto* (NERY FILHO, 2021) em criação, a redução de danos vê o corpo no tempo e no espaço, em fluxo de transformações espiraladas pela comunicação entre as *informações*. Com esta lente, a complexidade dos processos psicossociais e dos estados corporais é levada em conta, porém a maioria das informações que precisariam ser acolhidas passam despercebidas e continuarão passando, porque são muitas as informações em movimento que constituem o corpo e o ambiente. Um jeito de ampliar as possibilidades para enxergar, intuir ou sentir o que acontece nos corpos, talvez seja a *sensibilização ao afeto, à empatia*. Talvez.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Lalo de e MAISOANNAVE, Fabiano. **Sindicatos mantêm área plantada de coca sob controle na Bolívia**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 07 de setembro de 2020, às 23h15. Chapare, La Paz e Yungas (Bolívia): Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/bolivia/controle-da-area-cultivada/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

ALMEIDA, Lalo de e MANO, Fernanda. **Governo israelense incentiva avanço científico em maconha**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 29 de setembro de 2020, às 12h00. Jerusalém e Tel Aviv: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/israel/inovacao-em-canabis-medicinal/> Acesso em 04 de outubro de 2021.

AMÂNCIO, Thiago e ANIZELLI, Eduardo. **Brasil aposta no enfrentamento armado, que vitima jovens e negros**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Sem data. Rio de Janeiro: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/brasil/efeitos-da-guerra-as-drogas/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

AMÂNCIO, ANIZELLI, COLOMBO, LEITE, MAISONNAVE, MELLO, MENA, PINTO, VERPA e ZANINI. **Saiba como é a política de drogas em vários países do mundo**. Estado alterado. Publicado em 19 de outubro de 2020, às 17h17. São Paulo: Mundo: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/saiba-como-e-a-politica-de-drogas-em-varios-paises-do-mundo.shtml> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

ANGEL VIANNA – Escola e faculdade de dança. **Angel Vianna**. Disponível em <https://www.angelvianna.com.br/angel-vianna> Acesso em 23 de março de 2021.

BARROS, André e PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. Artigo publicado na Revista Periferia, V. III, Nº 2, jul./dez. de 2011. Disponível em <file:///C:/Users/Marcela%2016-10-2019/Downloads/3953-15156-1-PB.pdf> Acesso em 28 de julho de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 2.861, de 08 de julho de 1914**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2861-8-julho-1914-575437-publicacaooriginal-98630-pl.html> Acesso em 07 de janeiro de 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 891, de 25 de novembro de 1938**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0891.htm Acesso em 06 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto N° 4.294, de 06 de julho de 1921**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-republicacao-92584-pl.html> Acesso em 11 de janeiro de 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei N° 5.726, de 29 de outubro de 1971**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15726.htm#:~:text=LEI%20No%205.726%2C%20DE%2029%20DE%20OUTUBRO%20DE%201971.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20medidas%20preventivas%20e,ps%C3%ADquica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias Acesso em 06 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei N° 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htmimpressao.htm Acesso em 06 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Lei N° 4.345, de 26 de agosto de 2002**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4345.htm Acesso em 27 de julho de 2021.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Lei N° 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm Acesso em 27 de julho de 2021.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Decreto N° 9.761, de 11 de abril de 2019**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm Acesso em 27 de setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa mostra a estudantes como ficar longe das drogas**. Escrito por Sara Scaringi, c2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34829> Acesso em 30 de janeiro de 2021.

BORTOLON, Flavia Jakemiu Araujo. **Lygia Clark: os limites do corpo generificado na série Roupas-corpo-roupa**. ModaPalavra, Florianópolis, V. 12, N. 24, p. 91-123, abr./jun. 2019. Disponível em [file:///C:/Users/Marcela%2016-10-2019/Downloads/13109-Texto%20do%20artigo-50544-3-10-20190405%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Marcela%2016-10-2019/Downloads/13109-Texto%20do%20artigo-50544-3-10-20190405%20(2).pdf) Acesso em 30 de março de 2021.

BURNS, Kens; NOVICK, Lynn WARD, Geoffrey C.. **Prohibition**. Proibição: a história da Lei Seca – uma nação de bêbados (Ep. 1 de 3 – legendado PT-BR). [Escrito por] Geoffrey C. Ward. YouTube, canal de Matias Pasqualotto, publicado em 16 de setembro de 2016. Estados Unidos, 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B1WVeBrps3s&t=1409s> Acesso em 19 de janeiro de 2021.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. **Pela metade: a lei de drogas do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2019.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CARVALHO, Jonatas C. de. **A criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes: institucionalização e internalização do proibicionismo no Brasil**. Inter-Legere. Revista do PPGCS/UFRN. Natal-RN, n.15, jul./dez., 2014: 15-38. Disponível em <file:///C:/Users/Marcela%2016-10-2019/Downloads/6379-Texto%20do%20artigo-16055-1-10-20141226.pdf> Acesso em 08 de janeiro de 2020.

Cinco, Renato. Discurso do vereador em plenária na Câmara dos vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Sem ano. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/f4ba7372d95e1a0883257faa0066ec34?OpenDocument> Acesso em 28 de julho de 2021.

CLARK, Lygia. **Memória do corpo** (documentário). Remasterizado por Stuonline, 1985. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c3VU6KtfhSI> Acesso em 23 de março de 2021.

COLOMBO, Sylvia e VERPA, Danilo. **Maconha estatal no Uruguai ainda decepciona usuários**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 31 de agosto de 2020, às 23h15. Sem local: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/uruguai/desafios-da-legalizacao/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

FOLHA de S. Paulo. **Estado Alterado**. Publicado em 16 de outubro de 2020, às 23h15. Opinião: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/10/estado-alterado.shtml> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

FELDENKRAIS, Moshe. **Consciência pelo movimento**. Traduzido por SOUZA, Daisy A. C.. Editora SUMMUS. Ed. 2, São Paulo, SP, 1977.

FILHO, Antonio Nery. “Encontro virtual com Nery: a redução de danos – da estratégia clínica à política pública”. Canal do YouTube Prefeitura Vitória da Conquista. Publicado em 19 de junho de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wJfBJce-pxI> Acesso em 16 de abril de 2022.

_____. “Introdução: por que os humanos usam drogas?” Em **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**, Antonio Nery Filho (org.). Salvador: EDUFBA: CETAD, 2012, p. 11-22.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, ed. 67, São Paulo, SP, 2019, p. 107 – 124.

GREINER, Christine. **O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações**. Coleção Leituras do Corpo. São Paulo, SP: Annablume, 2010.

_____. **O corpo: pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo, SP: Annablume, 2005.

GT de redução de danos da UFSCar. **Corpo sensível como uma estratégia de redução de danos**. Projeto para curso de extensão universitária. 2021. Disponível em <https://docs.google.com/document/d/1XIgbrRNDWq8tS1Wej1EAw0rvESue8S-6SpSb8TcaJl/edit> Acesso em 24 de março de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EUTONIA. Histórico. Disponível em <http://www.institutodeeutonia.com.br/historico/> Acesso em 23 de março de 2021.

KATZ, Helena Tania; GREINER, Christine (org.). **Arte e cognição: corpomídia, comunicação e política**. São Paulo, SP: Annablume, 2015.

_____. “Por uma Teoria Corpomídia”, em **O corpo: pistas para estudos indisciplinados**, Christine Greiner, São Paulo, 2ª ed., Editora Annablume, 2005, p. 124-133.

KATZ, Helena Tania. “Corpar. Porque corpo também é verbo.” Em **Coisas vivas**. Fluxos que informam, Helena Bastos (org.), São Paulo: ECA-USP, 2021, p. 19-31.

_____. “Método e técnica: faces complementares do aprendizado em dança”, em **Angel Vianna - sistema, método ou técnica?** Suzana Saldanha (org.), Rio de Janeiro: Funarte, 2009, p. 26-32.

_____. “O papel do corpo na transformação da política em biopolítica”. **Dossiê Pensamento/Linguagem**, 2010, p. 18-27. Disponível em <http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz41312375901.pdf> Acesso em 16 de abril de 2022.

_____. “Projeto-processo-produto: uma proposta evolucionista para rever o projeto artístico”, em **Arte agora: pensamentos enraizados na experiência**, Sofiz Neuparth e Christine Greiner (orgs.), São Paulo: Annablume, 2011, p. 63-88.

_____. **Um, dois, três – a dança é o pensamento do corpo**. Editorial FID, ed. 1, Belo Horizonte, MG, 2005.

LASZLO, Cora Miller. **Outros Caminhos de Dança – Técnica Klauss Vianna para adolescentes e para adolecer**. São Paulo. Summus Editorial, 2018.

LEITE, Paula e VERPA, Danilo. **Legalizar e tratar são respostas dos EUA à crise das drogas**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 24 de agosto de 2020, às 23h15. Ohio (EUA): Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/estados-unidos/reducao-de-danos-e-legalizacao/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

LEMKE, Thomas. **Biopolítica: críticas, debates e perspectivas**. Tradução de Eduardo Altheman Camargo Santos. Editora Poleteia, 1ª ed., São Paulo, 2018.

LIMA, Renato Sérgio de. **A guerra às drogas e o canto da sereia**. Revista Piauí: questões de segurança pública. Matéria publicada em 29 de março de 2021, às 16h33min.

Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/guerra-as-drogas-e-o-canto-da-sereia/>
Acesso em 20 de setembro de 2021.

MEIRA, Vanessa Almeida de. **O impacto do cristianismo na primeira onda do feminismo**. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 3, 2016: 419-428. Disponível em <file:///C:/Users/Marcela%2016-10-2019/Downloads/788-2547-1-PB.pdf> Acesso em 25 de janeiro de 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **Penas Duras para tráfico lotam prisões na Indonésia**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 21 de setembro de 2020, às 23h15. São Paulo: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/indonesia/efeitos-da-politica-linha-dura/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

MENA, Fernanda e ALMEIDA, Lalo de. **Governo Israelense incentiva avanço científico em maconha**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 29 de setembro de 2020, às 12h. Jerusalém e Tel Aviv: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/israel/inovacao-em-canabis-medicinal/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

MONTELEONE, Joana. **Tempo de proibições: a relação entre a pandemia e a Lei Seca**. Brasil de fato: coluna [Edição: Rodrigo Chagas]. Publicada em 29 de maio de 2020, às 16h37. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/29/tempo-de-proibicoes-a-relacao-entre-a-pandemia-e-a-lei-seca#:~:text=Em%201920%2C%20mais%20especificamente%20no,%C3%BA%20nico%20nome%2C%20a%20Lei%20Seca> Acesso em 27 de janeiro de 2021.

NETO, José Alves de Freitas; TASINAFIO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. Editora Habra, São Paulo, 2006, p. 595-607.

NEVES, Neide. **A Técnica como dispositivo de controle do corpomídia**. Tese de doutorado. PUC – Programa de estudos pós-graduados em Comunicação e Semiótica. São Paulo, SP, 2010, p. 58-71; 106-130. Disponível em <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/5285/1/Neide%20Neves.pdf> Acesso em 04 de junho de 2019.

_____. “Redefinindo a noção de técnica corporal: as razões no corpo”, p. 153- 190, em **Arte e cognição: corpomídia, comunicação e política**. Helena Katz e Christine Greiner (org.), São Paulo, 1ª ed., Editora Annablume, 2015.

OLIVEIRA, Marcella de. **Brechas dos pressupostos do anexo da Política Nacional sobre Drogas: práticas de desigualdades social e racial**. Artigo apresentado como trabalho de final de semestre da disciplina “Políticas da vida e construção de corpos: Tecnologia, corpo e desigualdade: a polarização é a nova razão do mundo”, ministrada pela professora Drª Helena Katz, COS/PUC-SP, 2020, 16f.

_____. **Criação em redução de danos: multiplicidades e potências processuais.** Monografia apresentada como trabalho das disciplinas “Teorias da Complexidade na Comunicação: redes da criação na cultura”, ministrada pela professora Dr^a Cecília Almeida Salles, e “Teorias Culturalistas da Comunicação: mídia e política dos signos: o macro, o micro e a paisagem cultural”, ministrada pelo professor Dr. Amálio Pinheiro, COS/PUC-SP, 2020, 21f.

_____. **O corpo como estratégia de redução de danos para usuários de substâncias psicoativas.** Monografia apresentada no curso de bacharelado em Comunicação das Artes do Corpo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – FAFICLA, 2018: 1-76.

_____. **Presença, tempo e vida: pessoas idosas com Técnica Klauss Vianna.** Monografia apresentada no curso de Especialização em Técnica Klauss Vianna, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – COGEAE, 2020, 69f.

_____. “Proposta cuidar do cuidador: a importância da Técnica Klauss Vianna para redutores de danos que trabalham com abordagem de rua na cidade de São Paulo”. Artigo publicado na Revista TKV, V.1, Nº6, em 2020, p. 27-32. Disponível em <https://www.revistatkv.art.br/6ed-artigo-oliveira> Acesso em 11 de abril de 2021.

PINHEIRO, Amálio. **América Latina:** barroco, cidade, jornal. Editora Intermeios, São Paulo, SP, 1^a ed., 2013, p. 93-107.

PINHEIRO, Amálio (org.). **O jornal e a cidade:** um barroco de viés. Editora Intermedios, São Paulo, SP, 1^a ed., 2015, p. 07-21 e 157-182.

PINHEIRO, Amálio e SALLES, Cecília (orgs.). **Jornalismo expandido: práticas, sujeitos e relatos entrelaçados.** Editora Intermeios, São Paulo, SP, 1^a ed., 2016, p. 07-21.

PINTO, Ana Estela de Souza e VERPA, Danilo. **Sob alçada da saúde, redução de danos avança em Portugal.** Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 14 de setembro de 2020, às 23h15. Lisboa, Amsterdã, Maastricht e Bruxelas: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/europa/reducao-de-danos-e-descriminalizacao/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

RENGEL, Lenira. **Dicionário Laban.** EDITORA Annablume. 1^a Ed., São Paulo, SP, 2003.

RIOS, Livia; OLIVEIRA, Marcella de. “O corpo diante das fontes de informações sobre o auto-isolamento do Hospital Premier”. Relato de experiência, 2021, p. 01-17.

SALLES, Cecília. **Gesto Inacabado.** Processo de criação artística. Editora Intermeios, 1^a ed., São Paulo, SP, 1998.

_____. **Redes da criação.** Construção da obra de arte. Editora Horizonte, 2^a ed., Vinhedo, SP, 2008.

SALINAS, Natasha S. C. **Legislação e políticas públicas – A Lei enquanto Instrumento de Ação Governamental**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. Disponível em file:///C:/Users/Marcela%2016-10-2019/Downloads/Natasha_Salinas_Tese_Completa.pdf Acesso em 08 de janeiro de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**, p.126-151 e 207-237. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2019.

SIGMAN, Mariano. **A vida secreta da mente**. Tradução de Joana Avila Melo. Rio de Janeiro: Objetiva, 1ª edição, 2017.

SODELLI, Marcelo. **O uso de drogas na contemporaneidade: da prevenção ao tratamento**. Fala durante aula da disciplina eletiva da graduação de Psicologia, PUC-SP, 1º semestre de 2018.

SUPERINTERESSANTE. **A Revolução da Maconha**: o mundo começou a ver a planta de outro jeito. Entenda por quê. Editora Abril, edição histórica, São Paulo, 2014.

ZANINI, Fábio. **China flexibiliza combate às drogas, mas mantém internação à força**. Estado Alterado: os efeitos das políticas para drogas pelo mundo. Publicado em 05 de outubro de 2020, às 23h15. São Paulo: Série: Folha de S. Paulo. Disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/estado-alterado-as-politicas-para-drogas-pelo-mundo/china/tratamento-de-dependentes/> Acesso em 28 de dezembro de 2020.

Créditos de imagens

Figura 4. **Bicho**, de Lygia Clark, 1960. Foto: MASP. Disponível em <https://masp.org.br/acervo/obra/bicho> Acesso em 30 de março de 2021.

Figura 33. Captura de imagem de vídeo, de Fábio LOL. 2021.

Figuras 5-27 e 29. Fotos: Marcella de Oliveira. 2021.

Figuras 28, 30-32. Fotos: Stefanie Betholini. 2019.

Figura 34. Foto: Tiago. 2021.